

# **Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**

**Demonstrações contábeis em 31 de  
dezembro de 2025**

# Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstrações contábeis

### Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	1
BALANÇO PATRIMONIAL .....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADO .....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO .....	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	11

### Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL .....	12
2	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	13
3	POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS .....	15
4	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	29
5	APLICAÇÕES FINANCEIRAS .....	29
6	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	30
7	VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS .....	32
8	PARTES RELACIONADAS .....	35
9	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER .....	38
10	ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO .....	39
11	INTANGÍVEL .....	39
12	ATIVOS DE CONTRATO .....	40
13	FORNECEDORES .....	41
14	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....	42
15	DEBÊNTURES .....	44
16	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDOS .....	46
17	PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS .....	48
18	VALORES A PAGAR DE ACORDO COM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	50
19	OUTRAS CONTAS A PAGAR .....	52
20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	52
21	PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO .....	56
22	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	59
23	CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS .....	60
24	ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA .....	61
25	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS .....	61
26	RESULTADO FINANCEIRO .....	62
27	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO .....	63
28	INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	67
29	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	80
30	COMPROMISSOS FUTUROS .....	81
31	EVENTOS SUBSEQUENTES .....	81



Shape the future  
with confidence

Centro Empresarial Iguatemi  
Av. Washington Soares, 55  
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó  
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil  
Tel: +55 85 3392-5600  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da  
**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**  
Belém - PA

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.



**Shape the future  
with confidence**

### Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 266.514 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future  
with confidence**

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



**Shape the future  
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.




**Shape the future  
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F

  
Nathália Araújo Domingues  
Contadora CRC CE-020833/O

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	807.202	1.318.174
Aplicações financeiras	5	1.923.169	2.295.368
Contas a receber de clientes	6	2.272.072	2.069.354
Almoxarifado		28.545	19.267
Serviços pedidos		200.192	161.927
Subvenção CCC		117.440	60.200
Depósitos vinculados	17	5.497	196
Impostos e contribuições a recuperar		146.243	223.039
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		145.076	191.411
Outros créditos a receber	9	647.714	499.572
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.293.150</b>	<b>6.838.508</b>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras	5	23.185	20.556
Contas a receber de clientes	6	217.165	243.931
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		349.930	349.930
Serviços pedidos		38.033	23.447
Impostos e contribuições a recuperar		440.688	336.240
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		61.251	91.054
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	-	110.126
Depósitos vinculados	17	138.481	157.701
Benefício pós-emprego	27	12.193	9.872
Outros créditos a receber	9	4.364	1.586
Ativo financeiro da concessão	10	8.877.170	7.716.194
Investimentos		5.565	7.283
Intangível	11	1.422.477	1.464.478
Ativos de contrato	12	913.973	439.194
Direito de uso		11.934	14.799
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>12.516.409</b>	<b>10.986.391</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>18.809.559</b>	<b>17.824.899</b>

Passivo	Notas	2025	2024
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	1.111.437	1.140.554
Fornecedores - risco sacado	13.1	202.487	129.586
Empréstimos e financiamentos	14	353.380	1.584.144
Debêntures	15	135.770	60.967
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	155.691	112.764
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	91	51
Passivo de arrendamento		5.288	4.872
Impostos e contribuições a recolher		245.569	245.474
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		5.792	5.230
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		26.064	20.538
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	100.644	82.762
Contribuição de iluminação pública		60.632	51.781
Encargos setoriais		79.548	96.887
Participação nos lucros		44.768	38.764
Provisões para riscos judiciais	17	10.063	9.693
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		-	9.654
Dividendos a pagar	20.5	299.251	363.228
Benefício pós-emprego	27	1.708	1.546
Outras contas a pagar	19	491.482	436.738
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.329.665</b>	<b>4.395.233</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	1.968.891	2.260.019
Debêntures	15	5.738.109	3.770.276
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	18	1.014.917	1.023.836
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	116.036	186.559
Passivo de arrendamento		8.845	12.302
Impostos e contribuições a recolher		134.474	127.448
Encargos setoriais		91.218	52.109
Instrumentos financeiros derivativos	28.4	116.329	-
Provisões para riscos judiciais	17	140.944	121.168
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	810.503	744.776
Benefício pós-emprego	27	79.512	64.114
Outras contas a pagar	19	81.071	78.558
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>10.300.849</b>	<b>8.441.165</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	20.1	1.633.607	1.624.459
Ajuste de avaliação patrimonial		(6.164)	(31.766)
Reserva de capital		37.215	34.092
Reserva de reavaliação	20.3	18.088	26.676
Reservas de lucros	20.2	3.496.299	3.335.040
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>5.179.045</b>	<b>4.988.501</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>18.809.559</b>	<b>17.824.899</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	2025	2024
<b>Receita operacional líquida</b>	22	<b>12.223.744</b>	10.861.897
Energia elétrica comprada para revenda	24	(4.399.380)	(4.118.927)
Custo de construção		(3.468.594)	(2.604.300)
Custo da operação		(978.581)	(681.536)
<b>Custos de energia elétrica, construção e operação</b>	23	<b>(8.846.555)</b>	(7.404.763)
<b>Lucro bruto</b>		<b>3.377.189</b>	3.457.134
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	23	(258.344)	(288.935)
Despesas gerais e administrativas	23	(337.413)	(227.622)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	23	(224.416)	(217.985)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(221.917)	(191.010)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(1.042.090)</b>	(925.552)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro</b>		<b>2.335.099</b>	2.531.582
Receitas financeiras	26	942.920	803.330
Despesas financeiras	26	(1.473.357)	(1.140.784)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(530.437)</b>	(337.454)
<b>Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.804.662</b>	2.194.128
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(199.469)	(86.123)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	16	(52.539)	(131.931)
<b>Impostos sobre o lucro</b>		<b>(252.008)</b>	(218.054)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.552.654</b>	1.976.074
<b>Resultado por ação básico e diluído - R\$</b>			
Ação ordinária	20.4	0,70285	0,89453
Ação preferencial nominal - A	20.4	0,70287	0,89432
Ação preferencial nominal - B	20.4	0,70298	0,89493
Ação preferencial nominal - C	20.4	0,70260	0,89425
<b>Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do exercício (em milhares de ações)</b>		<b>2.209.074</b>	2.209.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**  
**Demonstração do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
 (Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício		<b>1.552.654</b>	1.976.074
Outros resultados abrangentes			
Resultados abrangentes ( <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego)		<b>38.790</b>	(19.359)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego	16.2	<b>(13.188)</b>	6.582
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Realização da reserva de reavaliação	20.3	<b>8.588</b>	(9.005)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		<b>34.190</b>	(21.782)
<b>Total resultados abrangentes</b>		<b>1.586.844</b>	1.954.292

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)



Notas	Reservas de lucros									Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de Investimentos	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	1.624.459	33.995	35.681	(18.989)	297.353	1.402.941	11.202	1.260.206	-	4.646.848
Pagamento baseado em ações - <i>Stock option</i>	-	(1.040)	-	-	-	-	-	-	-	(1.040)
Pagamento baseado em ações - <i>Matching Shares</i>	-	1.137	-	-	-	-	-	-	-	1.137
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(9.005)	-	-	-	-	-	9.005	-
Dividendos adicionais de 2023	-	-	-	-	-	-	-	(1.260.206)	-	(1.260.206)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>										
Resultados de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	(37.706)	-	-	-	-	-	(37.706)
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	12.820	-	-	-	-	-	12.820
Resultados abrangentes benefícios pós-emprego	-	-	-	18.347	-	-	-	-	-	18.347
Tributos diferidos sobre ganho atuarial de obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	-	(6.238)	-	-	-	-	-	(6.238)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.976.074	1.976.074
<b>Destinação do Lucro</b>										
Reserva legal	-	-	-	-	29.513	-	-	-	(29.513)	-
Reserva de Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	500.420	-	-	(500.420)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(361.535)	(361.535)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	1.093.583	(1.093.583)	-
Constituição de Reserva de Investimentos	-	-	-	-	-	-	28	-	(28)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	1.624.459	34.092	26.676	(31.766)	326.866	1.903.361	11.230	1.093.583	-	4.988.501
Pagamento baseado em ações - <i>Stock option</i>	21.1	-	1.070	-	-	-	-	-	-	1.070
Pagamento baseado em ações - <i>Matching Shares</i>	21.3	-	2.053	-	-	-	-	-	-	2.053
Aumento de capital	20.1	9.148	-	-	-	(9.148)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	20.3	-	-	(8.588)	-	-	-	-	8.588	-
Dividendos adicionais de 2024	-	-	-	-	-	-	-	(1.093.583)	-	(1.093.583)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>										
Resultados de <i>hedge accounting</i>	28.4	-	-	51.069	-	-	-	-	-	51.069
Tributos diferidos sobre perda instrumentos financeiros derivativos	16.2	-	-	(17.363)	-	-	-	-	-	(17.363)
Resultados abrangentes benefícios pós-emprego	27.4	-	-	(12.279)	-	-	-	-	-	(12.279)
Tributos diferidos sobre ganho atuarial de obrigações com benefícios pós-emprego	16.2	-	-	4.175	-	-	-	-	-	4.175
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.552.654	1.552.654
<b>Destinação do Lucro</b>										
Reserva de Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	363.647	-	-	(363.647)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20.5	-	-	-	-	-	-	-	(297.252)	(297.252)
Constituição de Reserva de Investimentos	20.2.d	-	-	-	-	-	900.343	-	(900.343)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	1.633.607	37.215	18.088	(6.164)	326.866	2.257.860	911.573	-	-	5.179.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais)



	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.552.654</b>	<b>1.976.074</b>
Ajustes para:		
Amortização	613.902	424.900
Baixa de intangível e ativo financeiro	48.095	20.392
Atualização do ativo financeiro	(333.093)	(303.916)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais líquidas e marcação a v	599.166	809.607
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	224.416	217.985
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2.656	(1.580)
Baixa de recebíveis incobráveis	25.726	85.556
Provisão e atualização de processos judiciais	66.398	24.651
Provisão e atualização de encargos setoriais	83.335	79.803
Reversão (provisão) para perdas de estoques	20.599	(6.009)
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	401.213	(212.183)
Valor justo das opções de compra	10.287	652
Valores a (receber) pagar de parcela A e outros itens financeiros	(59.717)	188.713
Rendimentos de aplicações financeiras	(377.197)	(224.957)
Imposto de renda e contribuição social correntes	199.469	86.123
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	52.539	131.931
Participação nos lucros	40.154	35.720
Plano de aposentadoria e pensão	7.372	8.419
Encargos com geração distribuída	-	2.882
Ajuste a valor presente	14.841	7.371
<b>Subtotal</b>	<b>3.192.815</b>	<b>3.352.134</b>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes</b>		
Contas a receber de clientes	(422.003)	(277.695)
Serviços pedidos	(30.308)	12.006
Depósitos judiciais	39.379	(17.013)
Subvenção CCC	(57.240)	(5.798)
Almoxarifado	(9.278)	(7.170)
Impostos e contribuições a recuperar	(37.306)	(92.363)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	76.138	19.296
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	(92.666)
Outros créditos a receber	(151.693)	(134.303)
Fornecedores	(89.799)	(70.217)
Fornecedores risco sacado	72.901	(24.737)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(104.786)	(91.084)
Impostos e contribuições a recolher	7.121	(70.535)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(43.177)	93.140
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7.076	35.241
Contribuição de iluminação pública	8.851	2.115
Participação nos lucros	(34.150)	(34.340)
Encargos setoriais	(84.108)	(98.020)
Pagamento de processos judiciais	(71.712)	(27.974)
Plano de aposentadoria e pensão	(6.412)	(5.921)
Outras contas a pagar	50.093	136.403
<b>Caixa utilizado nas atividades operacionais</b>	<b>(880.413)</b>	<b>(751.635)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(155.730)	(176.683)
Juros recebidos de aplicações financeiras	3.885	224.957
Juros pagos	(706.627)	(415.469)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>1.453.930</b>	<b>2.233.304</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisições no ativo contratual	(3.249.116)	(2.310.545)
Adições de obrigações especiais	1.552.748	1.765.295
Resgate (aplicações) financeiras	742.882	(1.348.031)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(953.486)</b>	<b>(1.893.281)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.422.386)	(327.455)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	299.779
Amortização de debêntures	(1.350.000)	(39.132)
Captação de debêntures	3.248.507	2.415.692
Amortização de valores pagos de acordos com plano de recuperação judicial	(27.455)	(29.742)
Amortização do passivo de arrendamento	(5.270)	(5.015)
Dividendos pagos	(1.454.812)	(1.678.075)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(1.011.416)</b>	<b>636.052</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(510.972)</b>	<b>976.075</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.318.174	342.099
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	807.202	1.318.174
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(510.972)</b>	<b>976.075</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

## Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	2025	2024
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços	12.312.047	11.698.471
Receitas de construção	3.468.594	2.604.300
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(224.416)	(217.985)
Outras receitas	642	5.988
<b>Subtotal</b>	<b>15.556.867</b>	<b>14.090.774</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(7.867.974)	(6.723.227)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(654.704)	(549.911)
Subvenção CCC	(76.843)	(58.327)
Outras despesas	(266.620)	(210.387)
<b>Subtotal</b>	<b>(8.866.141)</b>	<b>(7.541.852)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>6.690.726</b>	<b>6.548.922</b>
Amortização	(613.902)	(424.900)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<b>6.076.824</b>	<b>6.124.022</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	977.015	827.020
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>7.053.839</b>	<b>6.951.042</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	144.804	113.202
Benefícios	38.838	30.116
FGTS	12.228	11.772
<b>Subtotal</b>	<b>195.870</b>	<b>155.090</b>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.874.227	1.730.307
Estaduais	1.948.013	1.940.146
Municipais	1.298	1.536
<b>Subtotal</b>	<b>3.823.538</b>	<b>3.671.989</b>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.218.900	873.137
Aluguéis	8.420	7.105
Encargos com partes relacionadas	6.631	6.700
Outros despesas financeiras	247.826	260.947
<b>Subtotal</b>	<b>1.481.777</b>	<b>1.147.889</b>
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos e juros sobre o capital próprio	297.252	1.446.113
Lucros retidos	1.255.402	529.961
<b>Subtotal</b>	<b>1.552.654</b>	<b>1.976.074</b>
<b>Valor adicionado</b>	<b>7.053.839</b>	<b>6.951.042</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1 Contexto operacional

A Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Pará"), sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no estado do Pará, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A. tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado do Pará, com 1.245.829 km<sup>2</sup>, atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 3.092.955<sup>(\*)</sup> consumidores em 144 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

<sup>(\*)</sup> referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

### 1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de março de 2025, com fundamento na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024 e no Termo Aditivo aprovado por meio do Despacho ANEEL nº 517/2025, a Companhia protocolou o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão por mais 30 (trinta) anos, contados a partir do seu término, requerendo também a antecipação dos efeitos da prorrogação, conforme previsto no art. 10 do referido Decreto. A ANEEL aprovou o pleito de prorrogação do Contrato de Concessão da Equatorial Pará em 22 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.202/2025, com base nos critérios de atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira, bem como comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e de qualificação jurídica. Atualmente, o processo se encontra no MME em vias de emissão do Ato de Prorrogação, seguido da convocação para a cerimônia de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

### 1.2 Fornecimento de energia elétrica aos sistemas isolados

Em licitação na modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, 23 usinas Termelétricas – UTE passaram a ser operadas pelo vencedor da licitação Consórcio Energia do Pará (CEPA) que desde fevereiro de 2017 tem a responsabilidade pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998.

Os prazos previstos deste contrato eram, em sua maioria, de 5 anos, prorrogáveis por mais 12 meses. Entretanto, dado os prazos de interconexão ao SIN previstos nas Resoluções Autorizativas Aneel Nº 9.536/2020 e 10.986/2021, foi permitido, via despacho Aneel Nº 3.641/2020, aditamento do contrato por mais 2 anos.

O processo do leilão 02-2016 tornou o Consórcio Energia do Pará (CEPA) o novo PIE (Produtor Independente de Energia), cabendo à Companhia a distribuição de energia elétrica nos municípios de objeto da licitação e manterá o mecanismo de reembolso de despesas inerentes ao processo do sistema isolado de energia elétrica, conforme REN 1.016/2022.

## 1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 trouxe maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

## 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e todos os valores estão arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

## 2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Receita operacional líquida	3.1 e 22	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção
Ativo financeiro da concessão	3.3.1 e 10	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão
Intangível	3.3.2 e 11	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão
Ativos de contrato	3.4 e 12	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.6, 7 e 28	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens
Benefício pós-emprego	3.9 e 27	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.7.2 e 16	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias
Contas a receber de clientes	3.13.1, 6 e 28	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	3.14.2.1, 6.2 e 28	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
Provisão para riscos judiciais	3.15 e 17	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda)
Transações de pagamentos baseados em ação	3.9.2, 21	As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo.
Instrumentos Financeiros	3.13.5 e 28.4	Julgamentos e estimativas na mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a determinação de valor justo, especialmente para instrumentos não cotados e derivativos, assim como premissas relacionadas a risco de crédito, taxas de mercado e modelos de precificação.



### 3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.18 – Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

#### 3.1 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por:

- (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço;
- (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL;
- (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade; e
- (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme Nota Explicativa 3.3.1 – Ativo financeiro da concessão.

#### 3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

### 3.3 Ativo intangível e ativo financeiro da concessão

A Companhia opera sob contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica firmados com a União, na qualidade de poder concedente. Tais contratos estabelecem que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização:

Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR);

Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final.

A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de:

- (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão, e
- (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão.

#### 3.3.1 Ativo financeiro da concessão

A companhia reconhece ativo financeiro da concessão sempre que possui direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 – Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio da Companhia.

A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

### 3.3.2 Ativo intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04 (IFRS 38) um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não é o ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04 (IFRS 38).

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

### 3.3.3 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

## 3.4 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1)/ IFRIC 1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

### 3.5 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 - Custo de Empréstimos (IFRS 23). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### 3.6 Valores a receber (devolver) da Parcela A e outros itens financeiros

A estrutura das tarifas de energia elétrica da Companhia é composta por:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia.
- Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária.

As tarifas são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê:

- Reajuste tarifário anual, para atualização de custos;
- Revisão tarifária periódica a cada quatro anos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Durante o processo tarifário, eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos da Parcela A, apurados no ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente.

### 3.7 Imposto de renda e contribuição social

#### 3.7.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

### 3.7.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções baseadas nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado periodicamente e reduzido quando não for mais provável sua realização.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes na data do balanço, aplicáveis no período esperado de reversão das diferenças temporárias.

## 3.8 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que serão recebidas e de que todas as condições a elas vinculadas serão atendidas. Os benefícios relacionados a despesas são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo do período do benefício. Aqueles vinculados a ativos são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado linearmente ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. Benefícios não monetários são registrados pelo valor nominal e reconhecidos no resultado ao longo da vida útil do bem, em prestações anuais iguais.

### 3.8.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiu Laudo Constitutivo nº 299/2025 que outorga à Companhia o direito à redução de 75% do imposto de renda, em razão da implantação, modernização e diversificação dos empreendimentos localizados em suas respectivas áreas de atuação, com prazo de vigência de 2025 a 2034.

### 3.8.2 Benefícios para reinvestimentos

O benefício fiscal, previsto na Lei nº 5.508/1968, permite o reinvestimento de até 30% do imposto de renda devido, acrescido de 50% de recursos próprios, em projetos nas áreas da SUDAM, nos termos do Decreto nº 4.212/2002, e os valores são recolhidos ao Banco da Amazônia.

### 3.9 Benefícios a empregados

#### 3.9.1 Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados

A Companhia reconhece as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 (IAS 19) Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros.

Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem.

#### 3.9.2 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A (controladora indireta da Companhia) concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a administradores e colaboradores da Companhia.

A Companhia reconhece como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a administradores e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação.

### 3.10 Capital social

#### 3.10.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 (IAS 32) - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

#### 3.10.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

### 3.11 Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece dividendos no passivo circulante quando a distribuição é obrigatória por estatuto ou lei, ou quando aprovada pelos acionistas, em conformidade com o CPC 25 e a ICPC 08 (R1). O estatuto social estabelece a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido ajustado pela dedução das constituições no exercício de Reserva de Incentivos Fiscais e Reserva Legal, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio. Dividendos adicionais propostos antes da data do balanço permanecem no patrimônio líquido, enquanto propostas após essa data são divulgadas como eventos subsequentes, nos termos da legislação societária vigente.

### 3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

### 3.13 Instrumentos financeiros

#### 3.13.1 Ativos financeiros

##### (a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48 (IFRS 9). As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

##### (b) Ativos financeiros – avaliação do modelo de negócio

A Companhia avalia o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.



### c) Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

### (d) Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.



### 3.13.2 Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente ganho e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia classifica os passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### 3.13.3 Desreconhecimento

#### (a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### (b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### 3.13.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.13.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo.

#### a) *Hedge* de fluxo de caixa e o valor justo

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

Conforme CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº 28.3– Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros.

### 3.13.6 Mensuração ao valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

**Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

**Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

**Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis, em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

### 3.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

#### 3.14.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 28.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

### 3.14.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

#### 3.14.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do comportamento do contas a receber dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

#### 3.14.3 Ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (*pre-tax*).

Para fins de aplicação do CPC 01/IAS 36, a Companhia é tratada como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

A Companhia projeta os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

### 3.15 Provisão para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.16 Demonstração de valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, então, como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

### 3.17 Questões climáticas

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos na Companhia devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Administração monitora de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia reconhece que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem:

- Vida útil ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

### 3.18 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

#### 3.18.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia avaliou essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

#### 3.18.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade  Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51/IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51/IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria.	01/01/2027
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas IFRS, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam IFRS 1, IFRS 7 (e sua orientação), IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7, com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo.	01/01/2026

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
<b>Caixa e depósitos bancários à vista</b>	<b>46.452</b>	71.119
<b>Equivalentes de caixa</b>		
<b>Investimentos</b>		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	760.750	128.433
Operações compromissadas (a)	-	1.053.179
<b>Fundo de investimento</b>		
Operações compromissadas	-	32.560
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	32.883
<b>Subtotal de equivalentes de caixa</b>	<b>760.750</b>	1.247.055
<b>Total</b>	<b>807.202</b>	1.318.174

- (a) A variação no exercício decorre, principalmente, de pagamentos de dividendos para a Equatorial Distribuição, no montante de R\$ 1.404.176, realizados em dezembro de 2025. Adicionalmente, o saldo foi impactado pelas movimentações de captações, amortizações de principal e pagamentos de juros relacionados a empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 14.2 - Movimentação de Empréstimos e Financiamentos e nº 15.2 - Movimentação das Debêntures.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 100,15% do CDI (97,30% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

### 5 Aplicações financeiras

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
<b>Fundos de investimentos</b>		
Cotas de fundos de investimento	1.025.638	1.065.141
Cotas de fundos de investimento FIDC	88.514	56.604
Títulos públicos	-	66.144
Letra financeira	-	19.175
<b>Fundo aberto</b>	<b>764.706</b>	1.040.404
<b>Recursos vinculados (a)</b>	<b>44.311</b>	47.900
<b>Total circulante</b>	<b>1.923.169</b>	2.295.368
<b>Não circulante</b>		
Recursos vinculados (a)	23.185	20.556
<b>Total</b>	<b>1.946.354</b>	2.315.924

- (a) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 101,65% do CDI (98,56% do CDI em 31 de dezembro de 2024).



## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 6 Contas a receber de clientes

#### 6.1 Composição dos saldos

	2025				2024			
	A vencer	Vencidos		Total	A vencer	Vencidos		Total
Até 90 dias		Mais de 90 dias	Até 90 dias			Mais de 90 dias		
Residencial	257.475	284.659	762.919	1.305.053	238.264	284.141	698.686	1.221.091
Industrial	73.042	7.716	29.197	109.955	66.549	7.971	30.578	105.098
Comercial	130.052	39.099	93.619	262.770	122.689	35.446	93.993	252.128
Rural	26.819	39.035	241.614	307.468	26.235	43.402	189.843	259.480
Poder público	77.133	26.155	32.144	135.432	65.561	33.457	30.293	129.311
Iluminação pública	4.506	1.812	7.716	14.034	3.693	1.958	7.066	12.717
Serviço público	23.778	32.034	94.955	150.767	21.638	10.281	26.349	58.268
Contas a receber de consumidores faturados	592.805	430.510	1.262.164	2.285.479	544.629	416.656	1.076.808	2.038.093
Residencial	289.282	24.670	388.034	701.986	319.040	28.759	406.799	754.598
Industrial	9.692	847	13.507	24.046	10.541	1.119	14.386	26.046
Comercial	25.352	2.139	40.557	68.048	25.305	3.498	46.955	75.758
Rural	27.570	2.838	30.967	61.375	23.144	2.782	31.961	57.887
Poder público	68.782	2.284	7.318	78.384	57.132	2.522	9.024	68.678
Iluminação pública	13.960	133	534	14.627	13.710	234	630	14.574
Serviço público	82.206	13.501	41.876	137.583	116.598	617	4.549	121.764
Parcelamentos (a)	516.844	46.412	522.793	1.086.049	565.470	39.531	514.304	1.119.305
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	266.514	-	-	266.514	254.630	-	-	254.630
Baixa renda (c)	114.057	-	-	114.057	81.694	-	-	81.694
Outras (d)	134.658	-	-	134.658	127.932	-	-	127.932
<b>Subtotal</b>	<b>1.624.878</b>	<b>476.922</b>	<b>1.784.957</b>	<b>3.886.757</b>	<b>1.574.355</b>	<b>456.187</b>	<b>1.591.112</b>	<b>3.621.654</b>
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(160.885)	(85.254)	(1.151.381)	(1.397.520)	(194.634)	(87.532)	(1.026.203)	(1.308.369)
<b>Total contas a receber clientes</b>	<b>1.463.993</b>	<b>391.668</b>	<b>633.576</b>	<b>2.489.237</b>	<b>1.379.721</b>	<b>368.655</b>	<b>564.909</b>	<b>2.313.285</b>
Circulante				2.272.072				2.069.354
Não circulante				217.165				243.931



- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente, no montante de R\$ 7.460 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.434 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 5.974, conforme nota explicativa nº 26 – Resultado Financeiro;
- (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos, é após o período de encerramento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros moratórios, multas por auto religação, por inadimplências e atrasos.

## 6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

	2024	Provisões /Reversões	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(686.848)	<b>(174.533)</b>	<b>61.439</b>	<b>(799.942)</b>
Parcelamentos	(568.185)	<b>(44.822)</b>	<b>71.179</b>	<b>(541.828)</b>
Contas a receber de consumidores não faturados	(12.757)	<b>2.683</b>	-	<b>(10.074)</b>
Outras (a)	(40.579)	<b>(9.627)</b>	<b>4.530</b>	<b>(45.676)</b>
<b>Total</b>	<b>(1.308.369)</b>	<b>(226.299)</b>	<b>137.148</b>	<b>(1.397.520)</b>

	2023	Provisões /Reversões	Baixas	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(1.012.422)	(153.498)	479.072	(686.848)
Parcelamentos	(699.174)	(60.126)	191.115	(568.185)
Contas a receber de consumidores não faturados	(15.092)	2.335	-	(12.757)
Outras (a)	(54.595)	(9.109)	23.125	(40.579)
<b>Total</b>	<b>(1.781.283)</b>	<b>(220.398)</b>	<b>693.312</b>	<b>(1.308.369)</b>

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021.

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros

	2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	2025
<b>Parcela A</b>						
CDE – Conta de desenvolvimento energético	(26.580)	88.055	(51.554)	(3.644)	-	6.277
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(2.230)	(244)	10.105	1.385	-	9.016
Rede básica	53.615	19.790	(15.384)	6.628	-	64.649
Compra de energia CVA (a)	25.832	60.993	48.240	3.034	-	138.099
ESS – Encargos do serviço do sistema (b)	131.673	(52.753)	(89.244)	4.347	-	(5.977)
<b>Subtotal</b>	182.310	115.841	(97.837)	11.750	-	212.064
<b>Itens financeiros</b>						
Sobrecontratação de energia	(26.032)	(10.614)	36.029	(75)	-	(692)
Neutralidade	(64.898)	1.088	18.657	(2.287)	-	(47.440)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (c)	(165.730)	(48.659)	14.584	(22.179)	-	(221.984)
Risco hidrológico	(171.009)	-	30.984	2.417	-	(137.608)
Compensação créditos PIS/COFINS (d)	7.789	-	(7.409)	92	-	472
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (e)	(20.179)	5.290	16.354	(1.365)	(5.290)	(5.190)
Outros	(11.572)	39.072	(38.290)	(3.726)	(1.786)	(16.302)
<b>Subtotal</b>	(451.631)	(13.823)	70.909	(27.123)	(7.076)	(428.744)
<b>Total</b>	(269.321)	102.018	(26.928)	(15.373)	(7.076)	(216.680)
<b>Circulante</b>						
Valores a devolver	(82.762)					(100.644)
Efeito líquido passivo	(82.762)					(100.644)
<b>Não circulante</b>						
Valores a devolver	(186.559)					(116.036)
Efeito líquido passivo	(186.559)					(116.036)
<b>Efeito líquido total</b>	(269.321)					(216.680)

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	2024
<b>Parcela A</b>							
CDE – Conta de desenvolvimento energético	19.589	(51.616)	2.677	2.770	-	-	(26.580)
PROINFA – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(4.384)	285	2.337	(468)	-	-	(2.230)
Rede básica	75.148	(20.792)	(7.409)	6.668	-	-	53.615
Compra de energia CVA (a)	18.785	(5.812)	25.826	(12.967)	-	-	25.832
ESS – Encargos do serviço do sistema (b)	208.393	(115.041)	26.829	11.492	-	-	131.673
<b>Subtotal</b>	<b>317.531</b>	<b>(192.976)</b>	<b>50.260</b>	<b>7.495</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>182.310</b>
<b>Itens financeiros</b>							
Sobrecontratação de energia	(22.313)	53.551	(55.403)	(1.867)	-	-	(26.032)
Neutralidade	(54.114)	18.494	(25.196)	(4.082)	-	-	(64.898)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (c)	(119.561)	(52.380)	19.661	(13.450)	-	-	(165.730)
Risco hidrológico	(163.204)	188.258	(182.089)	(13.974)	-	-	(171.009)
Compensação créditos PIS/COFINS (d)	7.900	-	(13.381)	-	-	13.270	7.789
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo (e)	(11.131)	31.398	(6.190)	(2.858)	(31.398)	-	(20.179)
Outros	(13.745)	1.790	4.900	(674)	(3.843)	-	(11.572)
<b>Subtotal</b>	<b>(376.168)</b>	<b>241.111</b>	<b>(257.698)</b>	<b>(36.905)</b>	<b>(35.241)</b>	<b>13.270</b>	<b>(451.631)</b>
<b>Total</b>	<b>(58.637)</b>	<b>48.135</b>	<b>(207.438)</b>	<b>(29.410)</b>	<b>(35.241)</b>	<b>13.270</b>	<b>(269.321)</b>
<b>Circulante</b>							
Valores a receber	526.608						-
Valores a devolver	(506.374)						(82.762)
<b>Efeito líquido ativo (passivo)</b>	<b>20.234</b>						<b>(82.762)</b>
<b>Não circulante</b>							
Valores a receber	254.817						-
Valores a devolver	(333.688)						(186.559)
<b>Efeito líquido ativo (passivo)</b>	<b>(78.871)</b>						<b>(186.559)</b>
<b>Efeito líquido total</b>	<b>(58.637)</b>						<b>(269.321)</b>

- (a) O saldo da CVA de Compra de Energia teve como principais impactos no exercício: (i) o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, o que explica o movimento principal de constituição de R\$ 173.759; (ii) o efeito negativo do processo tarifário em R\$ 67.681; e (iii) o efeito negativo de 45.085 referente a provisão de neutralidade de receita bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro não homologada ANEEL, totalizando um movimento de constituição de R\$ 60.993;
- (b) O ESS (Encargo de Serviço de Sistema) está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças O ONS (Operador Nacional do Sistema) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de provisão desse encargo concedido pela ANEEL foi superior aos custos efetivamente pagos, sendo a principal, uma constituição negativa de R\$ 39.337, associada ao efeito negativo do processo tarifário em R\$ 13.416;
- (c) Ao longo do exercício, foi constituído o montante de R\$ 48.659 na rubrica de ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, em conformidade com as diretrizes do PRORET e têm impacto direto no cálculo dos Reajustes Tarifários Periódicos. A amortização apresentada corresponde aos custos efetivamente incorridos e reconhecidos no exercício em questão para atender à demanda e ao consumo além dos limites contratados;
- (d) Deve-se à amortização dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS; e
- (e) O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações da Quitação da Conta Covid, pela Neutralidade COVID, pelo financeiro de CDE Escassez, Financeiro de Recálculo, além de encargos financeiros relacionados.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do Reajuste Tarifário Anual (RTA) da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, a cada quatro anos, realiza a Revisão Tarifária Periódica (RTP), sendo, sendo a próxima em 2027, onde é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

No mês de agosto de 2025, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Despacho ANEEL nº 3.507, de 05 de agosto de 2025, foram reajustadas, em média 3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, vigente de 7 de agosto de 2025 a 6 de agosto de 2026.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 237.697 (R\$ 137.281 em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que R\$ 171.340 (R\$ 105.915 em 31 de dezembro de 2024) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 66.158 (R\$ 31.366 em 31 de dezembro de 2024) recebido via Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e é administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 8 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	Notas	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
<b>Contas a receber de clientes</b>					
Associação para Assinatura de Energia	(a)	217	2.560	55	-
<b>Total</b>		<b>217</b>	<b>2.560</b>	<b>55</b>	<b>-</b>
<b>Outros créditos a receber (bens materiais)</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	169	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	57	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(b)	3	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	204	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(b)	1.221	-	-	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(c)	-	8	2	8
<b>Total</b>		<b>1.485</b>	<b>8</b>	<b>171</b>	<b>8</b>
<b>Outros créditos a receber</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	6.378	17.171	3.794	13.490
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	703	5.333	1.150	5.070
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	977	6.767	1.532	7.208
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	818	7.299	1.524	7.550
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	228	1.975	405	1.586
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	3.155	20.966	4.936	9.096
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	59	24	106
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	57	23	105
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	85	22	136
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	185	160	404
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	65	24	112
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	71	21	118
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	113	52	210
<b>Total</b>		<b>12.259</b>	<b>60.146</b>	<b>13.667</b>	<b>45.191</b>
<b>Fornecedores</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(281)	-	-	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(g)	(1.786)	-	(1.909)	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(g)	(52)	-	-	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(g)	(233)	-	-	-
Equatorial Telecomunicações S.A.	(h)	(1.511)	(5.696)	(1.438)	(5.034)
Equatorial Serviços S.A.	(i)	(13.852)	(53.840)	(12.554)	(50.572)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(j)	-	(21)	-	-
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial	(k)	(231)	-	(200)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	(1.346)	(146)	(1.608)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	(1.202)	(130)	(1.580)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	(1.755)	(190)	(2.318)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	(3.164)	(456)	(4.141)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	(1.454)	(104)	(1.708)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	(1.810)	(196)	(2.377)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	(20.269)	(1.980)	(25.205)
<b>Total</b>		<b>(17.946)</b>	<b>(90.557)</b>	<b>(19.303)</b>	<b>(94.543)</b>

# Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
<b>Outras contas a pagar – bens materiais</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(13.044)	(60.480)	(13.279)	(41.297)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(962)	(7.807)	(2.877)	(7.883)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(881)	(6.595)	(1.809)	(5.745)
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(d)	(139)	(1.811)	(696)	(1.725)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(d)	(748)	(6.976)	(3.047)	(6.377)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(d)	(2.098)	(19.733)	(7.422)	(11.199)
Instituto Equatorial	(e)	-	(3.600)	-	(5.536)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(f)	-	(5)	(22)	(35)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(f)	-	(34)	(33)	(72)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(f)	-	(7)	(16)	(21)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(f)	-	(1.012)	(347)	(1.107)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(f)	-	(6)	(20)	(34)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(f)	-	(6)	(11)	(16)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(f)	-	(10)	(52)	(86)
<b>Controladora indireta</b>					
Equatorial S.A.	(m)	-	(7.464)	(6.776)	(24.153)
<b>Entidade é plano de benefício pós-emprego</b>					
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	(n)	-	(5.066)	-	(3.797)
<b>Total</b>		<b>(17.872)</b>	<b>(120.612)</b>	<b>(36.407)</b>	<b>(109.083)</b>
<b>Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial</b>					
<b>Controladora indireta</b>					
Equatorial S.A.	(o)	(138.663)	(3.289)	(138.114)	(12.013)
<b>Outros tipos de partes relacionadas</b>					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	(p)	(652.421)	(54.813)	(597.608)	(52.442)
<b>Total</b>		<b>(791.084)</b>	<b>(58.102)</b>	<b>(735.722)</b>	<b>(64.455)</b>
<b>Dividendos a pagar</b>					
<b>Controladora direta</b>					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(q)	(286.846)	-	(348.878)	-
<b>Outros tipos de partes relacionadas</b>					
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)		(2.942)	-	(3.578)	-
Outros (minoritários)		(9.463)	-	(10.772)	-
<b>Total</b>		<b>(299.251)</b>	<b>-</b>	<b>(363.228)</b>	<b>-</b>
<b>Investimentos em serviço – (bens em comodato)</b>					
<b>Entidade é membro do mesmo grupo econômico</b>					
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(r)	5	(5)	5	(5)
<b>Total</b>		<b>5</b>	<b>(5)</b>	<b>5</b>	<b>(5)</b>

- (a) Valores provenientes do contrato de uso da rede de energia;
- (b) Os valores entre *intercompany* são provenientes das vendas de bens materiais;
- (c) O saldo é referente ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador;
- (d) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022-SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83, as despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 42.051 mil ao ano, por um período de 60 meses;
- (e) Refere-se ao reconhecimento de despesas de doações;
- (f) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (g) Os valores entre *intercompany* são provenientes de compra de bens materiais;
- (h) A contratação de serviço é proveniente a serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (i) Os valores são provenientes do contrato de *call center*, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;

- (j) Os valores são provenientes da compra de material para custeio;
- (k) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa.
- (l) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro referente a serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (m) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado o Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval), entre a Companhia (contratante) e a Equatorial S.A. (contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano), pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (n) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (o) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da Companhia, no valor de R\$ 138.034. O valor original da transação na data da compra, em 1º de dezembro de 2014, desses créditos era de R\$ 84.396;
- (p) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. As obrigações, no entanto, só se encerram com seu cumprimento integral. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. AXIA Energia, é detentora de créditos homologados originalmente no valor de R\$ 423.463. Para maiores detalhes, ver nota explicativa nº 18 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 652.421 (R\$ 597.608 em 31 de dezembro de 2024);
- (q) Refere-se a dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2025, conforme nota explicativa 19.5 Dividendos a pagar; e
- (r) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício de 2022, de forma não onerosa pelo prazo de 12 (doze) meses conforme descrito no Termo de Comodato, e prorrogado conforme Termo Aditivo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes.

## 8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração e Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Presidente e Diretores. A remuneração anual total foi fixada em até R\$ 32.400, conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 (R\$ 29.800, conforme Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 29 de abril de 2024).

Os Diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Os benefícios pós-empregos estão descritos na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21 – Planos de incentivos de longo prazo.

A proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>5.979</b>	6.721
Salário ou Pró-labore	5.421	6.111
Benefícios diretos e indiretos	558	610
<b>Remuneração variável</b>	<b>13.692</b>	8.816
Benefícios pós emprego	206	150
Remuneração baseada em ações	3.303	3.579
<b>Valor total da remuneração por órgão</b>	<b>23.180</b>	19.266

## 8.2 Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia contam com aval e/ou fiança da controladora indireta, bem como com conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

## 9 Outros créditos a receber

### 9.1 Composição dos saldos

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Adiantamento a fornecedores (a)	99.807	37.999
Subvenção descontos tarifários (b)	331.884	216.133
Uso mútuo de poste	3.925	6.877
(-) PECLD	(4.788)	(7.830)
Partes relacionadas	13.744	13.838
Reinvestimento SUDAM	156.421	176.463
Outros créditos a receber	46.721	56.092
<b>Total circulante</b>	<b>647.714</b>	<b>499.572</b>
<b>Não circulante</b>		
Outros créditos a receber	4.364	1.586
<b>Total não circulante</b>	<b>4.364</b>	<b>1.586</b>
<b>Total de outras contas a receber</b>	<b>652.078</b>	<b>501.158</b>

- (a) Variação observada no saldo de adiantamento a fornecedores no exercício deve-se ao encerramento contratual de fornecedores estratégicos, o que culminou na contratação de novos fornecedores e, como parte das condições contratuais, foram realizados adiantamentos a esses novos fornecedores, de modo a viabilizar o início da execução contratual; e
- (b) Os valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. O subsídio tarifário da CDE, correspondente à receita de descontos tarifários concedidos, apresentou incremento no exercício, principalmente em função do aumento da migração de consumidores para o Ambiente de Contratação Livre com enquadramento em fonte incentivada, bem como do crescimento dos repasses associados ao sistema de compensação de energia elétrica.



## 10 Ativo financeiro da concessão

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2024	Atualização do ativo financeiro	Transferência – Ativos de contrato	Baixas	Reclassificações (a)	2025
Ativo financeiro	11.141.554	<b>466.708</b>	<b>2.089.033</b>	<b>(32.336)</b>	<b>(383.994)</b>	<b>13.280.965</b>
Obrigações especiais	(3.425.360)	<b>(133.615)</b>	<b>(1.224.965)</b>	-	<b>380.145</b>	<b>(4.403.795)</b>
<b>Total ativo financeiro da concessão</b>	<b>7.716.194</b>	<b>333.093</b>	<b>864.068</b>	<b>(32.336)</b>	<b>(3.849)</b>	<b>8.877.170</b>

	2023	Atualização do ativo financeiro	Transferência – Ativos de contrato	Baixas	2024
Ativo financeiro	8.943.054	454.657	1.771.262	(27.419)	11.141.554
Obrigações especiais	(2.370.400)	(150.741)	(904.219)	-	(3.425.360)
<b>Total ativo financeiro da concessão</b>	<b>6.572.654</b>	<b>303.916</b>	<b>867.043</b>	<b>(27.419)</b>	<b>7.716.194</b>

- (a) Refere-se à adequação adotada pela Companhia em conformidade com as diretrizes da ANEEL no âmbito do Programa Especial SIGFI, observando os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis. Em decorrência dessa adequação, foram realizadas reclassificações contábeis no valor de R\$ 384 milhões do ativo financeiro para o ativo intangível, e de R\$ 380 milhões de obrigações especiais do passivo financeiro para o passivo intangível, resultando em um efeito líquido negativo de R\$ 4 milhões. Esse ajuste reflete a segregação das baterias do item principal, que, por possuírem taxa de depreciação anual superior, geram um impacto adicional no resultado. Essa reclassificação está alinhada à orientação da ANEEL quanto ao tratamento das baterias instaladas no projeto SIGFI, que passaram a ser consideradas unidades de cadastro independentes, compondo o ativo intangível depreciável conforme os critérios técnicos estabelecidos pela Agência.

## 11 Intangível

O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

2025					
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	
Em serviço	5,45%	<b>8.069.381</b>	<b>(5.724.261)</b>	<b>(922.643)</b>	<b>1.422.477</b>
<b>Total</b>		<b>8.069.381</b>	<b>(5.724.261)</b>	<b>(922.643)</b>	<b>1.422.477</b>

2024					
Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido	
Em serviço	4,52%	7.033.599	(4.885.734)	(683.387)	1.464.478
<b>Total</b>		<b>7.033.599</b>	<b>(4.885.734)</b>	<b>(683.387)</b>	<b>1.464.478</b>

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitado à data do contrato de concessão até julho de 2028, conforme ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão.

## Movimentação do ativo intangível

	2024	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	Reclassificação (a)	2025
Em serviço	7.033.599	-	(115.696)	767.484	383.994	8.069.381
(-) Amortização	(4.885.734)	(938.464)	99.937	-	-	(5.724.261)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.147.865</b>	<b>(938.464)</b>	<b>(15.759)</b>	<b>767.484</b>	<b>383.994</b>	<b>2.345.120</b>
Obrigações especiais em serviço	(2.073.355)	-	-	(190.485)	(380.145)	(2.643.985)
(-) Amortização	1.389.968	331.374	-	-	-	1.721.342
<b>Total em obrigações especiais</b>	<b>(683.387)</b>	<b>331.374</b>	<b>-</b>	<b>(190.485)</b>	<b>(380.145)</b>	<b>(922.643)</b>
<b>Total</b>	<b>1.464.478</b>	<b>(607.090)</b>	<b>(15.759)</b>	<b>576.999</b>	<b>3.849</b>	<b>1.422.477</b>

	2023	Adições	Baixas	Transferências Ativos de contrato	Outros	2024
Em serviço	6.745.816	-	(141.856)	429.256	383	7.033.599
(-) Amortização	(4.426.630)	(607.891)	148.819	-	(32)	(4.885.734)
<b>Total em serviço</b>	<b>2.319.186</b>	<b>(607.891)</b>	<b>6.963</b>	<b>429.256</b>	<b>351</b>	<b>2.147.865</b>
Obrigações especiais em serviço	(1.867.632)	-	239	(205.962)	-	(2.073.355)
(-) Amortização	1.200.299	189.669	-	-	-	1.389.968
<b>Total em obrigações especiais</b>	<b>(667.333)</b>	<b>189.669</b>	<b>239</b>	<b>(205.962)</b>	<b>-</b>	<b>(683.387)</b>
<b>Total</b>	<b>1.651.853</b>	<b>(418.222)</b>	<b>7.202</b>	<b>223.294</b>	<b>351</b>	<b>1.464.478</b>

(a) Veja nota explicativa nº 10 - Ativo financeiro da concessão, item (b).

A Companhia avaliou e concluiu não haver indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

## 12 Ativos de contrato

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2024	Adições (a)	Transferências		2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato	2.363.127	3.468.594	(767.484)	(2.089.033)	2.975.204
Obrigações especiais	(1.923.933)	(1.552.748)	190.485	1.224.965	(2.061.231)
<b>Total</b>	<b>439.194</b>	<b>1.915.846</b>	<b>(576.999)</b>	<b>(864.068)</b>	<b>913.973</b>

	2023	Adições (a)	Transferências		2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Ativos de contrato	1.959.345	2.604.300	(429.256)	(1.771.262)	2.363.127
Obrigações especiais	(1.031.999)	(2.002.115)	205.962	904.219	(1.923.933)
<b>Total</b>	<b>927.346</b>	<b>602.185</b>	<b>(223.294)</b>	<b>(867.043)</b>	<b>439.194</b>

(a) O montante de R\$ 1.915.846 refere-se às adições líquidas dos ativos de contratos reconhecidas no exercício. Deste total, R\$ 1.696.368 impactou o caixa da Companhia, R\$ 20.599 refere-se a provisão para perda de estoques, conforme nota explicativa nº 25 - Outras despesas operacionais, líquidas e, conforme nota explicativa nº 28.1 - Transações não envolvendo caixa, R\$ 60.682 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 110.312 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 69.083 trata-se de capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do IAS 23/ CPC 20(R1) - Custos de empréstimos. Em razão da COP30 houve um aumento expressivo de 33% nas aquisições de materiais para estoque.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

## 13 Fornecedores

	2025	2024
Suprimento de energia elétrica (a)	517.478	431.490
Encargos de uso da rede elétrica	121.426	116.158
Materiais e serviços	454.587	573.603
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	17.946	19.303
<b>Total fornecedores</b>	<b>1.111.437</b>	<b>1.140.554</b>

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2025 apresentou uma redução de R\$ 11.712 em relação a 31 de dezembro de 2024, em função das seguintes variações: (i) redução de R\$ 92.931 nas despesas em aberto referentes aos contratos de energia; e (ii) aumento de R\$ 81.219 nas despesas do Mercado de Curto Prazo.

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 52 dias (57 dias em 31 de dezembro de 2024).

### 13.1 Fornecedores – Risco sacado

Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia é cotista. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 202.487 (R\$ 129.586 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade ele recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 1.289.992 durante o ano de 2025 (R\$ 966.646 em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio de pagamento destes títulos em 31 de dezembro de 2025 é de 54 (52 dias em 31 de dezembro de 2024).



## 14.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	323.106	2.180.096	4.876	968.260	3.476.338
Ingresso	-	-	-	300.000	300.000
Encargos	103.899	-	66.115	-	170.014
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	69.324	42.536	75.980	204.175	392.015
Transferências	272.238	(272.238)	1.162.259	(1.162.259)	-
Amortizações de principal	(327.125)	-	-	-	(327.125)
Pagamentos de juros	(104.312)	-	(62.888)	-	(167.200)
Custo de transação	451	(330)	221	(221)	121
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	337.581	1.950.064	1.246.563	309.955	3.844.163
Encargos	93.394	-	72.919	-	166.313
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	14.922	83.050	(159.500)	(31.260)	(92.788)
Transferências	342.918	(342.918)	-	-	-
Amortizações de principal (a)	(343.426)	-	(1.078.960)	-	(1.422.386)
Pagamentos de juros (a)	(93.515)	-	(80.045)	-	(173.560)
Custo de transação	529	-	-	-	529
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	352.403	1.690.196	977	278.695	2.322.271

- (a) Em 25 de novembro de 2025, ocorreu a liquidação no vencimento dos contratos firmados com o *Scotiabank*, no montante de R\$ 1.109.861, sendo R\$ R\$ 1.078.960 de amortização de principal e R\$ 30.901 de pagamento de juros.

## 14.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2025	
	Valor	%
<b>Circulante</b>	<b>353.380</b>	<b>15%</b>
2027	626.249	27%
2028	182.792	8%
2029	99.145	4%
2030	99.145	4%
De 2031 a 2040	966.667	42%
<b>Subtotal</b>	<b>1.973.998</b>	<b>85%</b>
(-) Custo de transação (não circulante)	(5.107)	0%
<b>Não circulante</b>	<b>1.968.891</b>	<b>85%</b>
<b>Total</b>	<b>2.322.271</b>	<b>100%</b>

## 14.4 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

<i>Covenants</i> Empréstimos	Bank of America
1ª Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	1,8

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual, assegurada por auditoria independente e entregue até 31 de maio do ano subsequente. Os contratos preveem como *covenants* as relações Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida/ (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados contratualmente.

## 15 Debêntures

### 15.1 Composição dos saldos

	Custo da dívida (% a.a.)	2025		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>				
CDI	de -0,03% a.a. até 0,95% a.a.	147.301	5.830.016	5.977.317
<b>Subtotal</b>		<b>147.301</b>	<b>5.830.016</b>	<b>5.977.317</b>
(-) Custo de transação		(11.531)	(91.907)	(103.438)
<b>Total moeda nacional</b>		<b>135.770</b>	<b>5.738.109</b>	<b>5.873.879</b>
<b>Total</b>		<b>135.770</b>	<b>5.738.109</b>	<b>5.873.879</b>

	Custo da dívida (% a.a.)	2024		
		Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>				
CDI	de -0,03% a.a. até 0,95% a.a.	67.180	3.826.723	3.893.903
<b>Subtotal</b>		<b>67.180</b>	<b>3.826.723</b>	<b>3.893.903</b>
(-) Custo de transação		(6.213)	(56.447)	(62.660)
<b>Total moeda nacional</b>		<b>60.967</b>	<b>3.770.276</b>	<b>3.831.243</b>
<b>Total</b>		<b>60.967</b>	<b>3.770.276</b>	<b>3.831.243</b>

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 15.2 Movimentação de debêntures

A movimentação das debêntures do exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	59.398	1.346.515	1.405.913
Ingressos	-	2.475.000	2.475.000
Encargos	210.909	-	210.909
Transferências	(6.346)	6.346	-
Amortizações de principal	(39.132)	-	(39.132)
Pagamento de juros	(165.190)	-	(165.190)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	171	1.723	1.894
Custo de transação	1.157	(59.308)	(58.151)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	60.967	3.770.276	3.831.243
Ingressos	-	3.300.000	3.300.000
Encargos	474.409	-	474.409
Transferências	1.333.967	(1.333.967)	-
Amortizações de principal (a)	(1.350.000)	-	(1.350.000)
Pagamento de juros (a)	(394.288)	-	(394.288)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo	-	53.293	53.293
Custo de transação (b)	10.715	(51.493)	(40.778)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	135.770	5.738.109	5.873.879

- (a) Em 2025 a Companhia realizou o resgate antecipado da 6ª Emissão de Debêntures. Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu a amortização extraordinária no montante de R\$ 745.199, sendo R\$ 722.127 de amortização de principal e R\$ 23.072 de pagamento de juros, e em 15 de outubro de 2025, o resgate do saldo remanescente no montante de R\$ 670.220, sendo R\$ 627.873 de amortização de principal e R\$ 42.347 de pagamento de juros; e
- (b) Refere-se movimentação de custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

### 15.3 Cronograma de amortização da dívida

As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2025	
	Valor	%
<b>Circulante</b>	<b>135.770</b>	<b>2%</b>
2028	333.333	6%
2029	633.333	11%
2030	633.334	11%
De 2031 a 2037	4.230.017	71%
<b>Subtotal</b>	<b>5.830.017</b>	<b>99%</b>
(-) Custo de transação (não circulante)	(91.908)	-1%
<b>Não circulante</b>	<b>5.738.109</b>	<b>98%</b>
<b>Total</b>	<b>5.873.879</b>	<b>100%</b>

## 15.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

Covenants debêntures	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures
1ª Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	1,8	1,8	1,8	1,8

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

## 16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

### 16.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
<b>Créditos ativos de:</b>		
Prejuízo fiscal	-	34.759
<b>Ativos de:</b>		
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Provisão para riscos judiciais	59.908	62.778
PECLD	477.998	446.809
Receita – CPC 47 / IFRS 15	2.028	1.715
Varição <i>swap</i>	39.584	-
Outras despesas não dedutíveis	6.633	8.410
Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16	747	807
Provisão para participação nos lucros	11.781	12.551
Provisão para pagamento baseado em ações	15.841	5.113
Provisão atuarial	20.640	18.285
Provisão para perda de estoque	21.414	14.410
<b>Subtotal</b>	<b>656.574</b>	<b>570.878</b>
<b>Passivos de:</b>		
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Depreciação acelerada	(180.347)	(193.762)
Instrumentos financeiros	(511.497)	(467.087)
Atualização do ativo financeiro VNR	(696.074)	(582.832)
Varição cambial	(10.628)	-
Marcação a mercado – Valor Justo	(8.564)	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(6.818)	(11.179)
Varição <i>swap</i>	-	(37.425)
Ajuste a valor presente	(53.149)	(58.128)
<b>Total</b>	<b>(1.467.077)</b>	<b>(1.350.413)</b>
<b>Total tributos diferidos</b>	<b>(810.503)</b>	<b>(744.776)</b>



## 16.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2025				
		Reconhecimento no resultado	Resultado abrangente	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	34.759	(34.759)	-	-	-	-
Provisão para riscos judiciais	62.778	(2.870)	-	59.908	59.908	-
PECLD	446.809	31.189	-	477.998	477.998	-
Instrumentos financeiros - CPC 48/IFRS 09	(467.087)	(44.410)	-	(511.497)	-	(511.497)
Ajuste a valor presente	(58.128)	4.979	-	(53.149)	-	(53.149)
Valor novo de reposição - VNR	(582.832)	(113.242)	-	(696.074)	-	(696.074)
Receitas/Custos- CPC 47/IFRS15	1.715	313	-	2.028	2.028	-
Arrendamentos - IFRS 16/CPC 06	807	(60)	-	747	747	-
Depreciação acelerada	(193.762)	13.415	-	(180.347)	-	(180.347)
Variação <i>swap</i>	(37.425)	94.372	(17.363)	39.584	39.584	-
Marcação a valor justo	-	(8.564)	-	(8.564)	-	(8.564)
Variação Cambial	-	(10.628)	-	(10.628)	-	(10.628)
Provisão para participação nos lucros	12.551	(770)	-	11.781	11.781	-
Provisão para pagamento baseado em ações	5.113	10.728	-	15.841	15.841	-
Provisão atuariais	18.285	(1.820)	4.175	20.640	20.640	-
Provisão para perda de estoque	14.410	7.004	-	21.414	21.414	-
Outras despesas não dedutíveis	8.410	(1.777)	-	6.633	6.633	-
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	(11.179)	4.361	-	(6.818)	-	(6.818)
<b>Total</b>	<b>(744.776)</b>	<b>(52.539)</b>	<b>(13.188)</b>	<b>(810.503)</b>	<b>656.574</b>	<b>(1.467.077)</b>

## 16.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	1.804.662	1.804.662	2.194.128	2.194.128
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
<b>Pela alíquota fiscal</b>	<b>(451.166)</b>	<b>(162.420)</b>	<b>(548.532)</b>	<b>(197.472)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro</b>				
Outras adições (reversões) permanentes	2.371	1.653	(988)	343
Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (P&D)	1.213	437	1.282	461
Atualização de Indébito tributário	-	-	12.933	4.656
Incentivo PAT	4.499	-	2.202	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	112	-	36	-
IRPJ Subvenção Governamental	363.647	-	500.420	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	(9.546)	(2.808)	5.622	983
<b>IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado</b>	<b>(88.870)</b>	<b>(163.138)</b>	<b>(27.025)</b>	<b>(191.029)</b>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	5%	9%	1%	9%
Imposto Corrente	(44.564)	(154.905)	57.800	(143.923)
Imposto Diferido	(44.306)	(8.233)	(84.825)	(47.106)

## 17 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis (a)	92.635	98.786	95.383	86.318
Fiscais (b)	25.862	25.684	394	25.599
Trabalhistas	32.510	19.508	35.084	45.980
<b>Total</b>	<b>151.007</b>	<b>143.978</b>	<b>130.861</b>	<b>157.897</b>
Circulante	10.063	5.497	9.693	196
Não circulante	140.944	138.481	121.168	157.701

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 8.311 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional; e
- (b) Em março de 2024, a Companhia efetuou depósito judiciais referente ao PIS/COFINS da competência de fevereiro de 2024 no montante de R\$ 25.460 conforme previsto na Lei nº 14.740/2023 para débitos com vencimento entre 30 de novembro de 2023 e 01 de abril de 2024. A Companhia optou por ingressar com medida judicial para garantir a inclusão no programa de autorregularização e procedeu ao depósito judicial do montante integral devido até que haja uma decisão final.

### 17.1 Movimentação dos processos no exercício

	2024		2025				
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Reclassificação (4)	Saldo final
Cíveis	95.383	31.326	(40.650)	(6.912)	13.488	-	92.635
Fiscais	394	4	(3)	(4)	11	25.460	25.862
Trabalhistas	35.084	22.960	(31.059)	(3.313)	8.838	-	32.510
<b>Total contingências</b>	<b>130.861</b>	<b>54.290</b>	<b>(71.712)</b>	<b>(10.229)</b>	<b>22.337</b>	<b>25.460</b>	<b>151.007</b>

	2023		2024			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	96.010	20.048	(21.771)	(8.077)	9.173	95.383
Fiscais	375	1	(269)	-	287	394
Trabalhistas	37.799	3.608	(5.934)	(2.191)	1.802	35.084
<b>Total contingências</b>	<b>134.184</b>	<b>23.657</b>	<b>(27.974)</b>	<b>(10.268)</b>	<b>11.262</b>	<b>130.861</b>

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no exercício;

(3) Atualizações monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic. Nessa movimentação também estão as reversões de atualização de processos extintos; e

(4) Reclassificação referente ao processo nº1010869-37.2024.4.01.3990, que trata da autorregularização de tributos nos termos da Lei nº 14.740/2023. O montante, anteriormente contabilizado como PIS e COFINS a recolher.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e assessores jurídicos.

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2025	2024
Cíveis	529.213	509.051
Fiscais	21	23
Trabalhistas	105.172	75.763
<b>Total</b>	<b>634.406</b>	<b>584.837</b>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

### a) Cíveis

Dentre os processos prováveis, destaca-se o processo relacionado a ação monitória coletiva movida pela MPE-Ministério Público Estadual por Descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, no montante de R\$ 1.580 (R\$ 1.580 em 31 de dezembro de 2024).

Os processos possíveis mais relevantes são:

(i) processo relacionado à ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, em face da Equatorial Pará, requerendo a condenação da Concessionária a indenização por danos materiais e morais coletivos em reconhecimento da prática ilícita de prestar o serviço público de fornecimento de energia de modo ineficiente à coletividade de Município de Canaã dos Carajás no montante de R\$ 100.000.

(ii) processo relacionado à ação indenizatória coletiva movida pela *Cred New Recuperação de Ativos e Serviços Ltda.* por quebra de contrato, no montante de R\$ 192.792 (R\$ 192.792 em 31 de dezembro de 2024).

### b) Fiscais

A Companhia figura como ré em processos os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem processos fiscais cuja possibilidade de perda avaliada pela Administração como possível, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, para os quais não foi constituída provisão.

### c) Trabalhistas

O passivo trabalhista é composto por reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacam-se:

(i) processo relacionado à ação civil pública movida pelo Sindicato Dos Trabalhadores Das Indústrias Urbanas Do Estado Do Pará, em face da Equatorial Pará pleiteando o pagamento de PLR do ano de 2012, de R\$ 17.717 (R\$ 16.797 em 31 de dezembro de 2024).

Além dos processos provisionados, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, como possíveis. Entre os processos trabalhistas possíveis em destaque temos:

(i) processo relacionado à reclamação trabalhista ajuizada por empregado de empresa terceirizada vítima de acidente de trabalho requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização pelos danos morais e materiais no montante de R\$ 3.422; e

(ii) processo relacionado à reclamação trabalhista movida pelos familiares de empregado de empresa parceira vítima de acidente de trabalho fatal requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no montante de R\$ 8.820.

## 18 Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da Companhia. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S/A e Pine S/A. Em novembro de 2017, a Companhia firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa exclusivamente sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Em função da matéria, acredita-se que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo. Espera-se que a matéria será apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

### 18.1 Composição

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	27.821	27.751
Partes relacionadas	122.175	79.318
Total circulante	155.691	112.764
<b>Não circulante</b>		
Outras concessionárias	83.854	83.853
Credores financeiros (a)	308.158	335.871
Partes relacionadas	786.683	788.705
(-) Ajuste a valor presente (b)	(163.778)	(184.593)
Total não circulante	1.014.917	1.023.836
<b>Total</b>	<b>1.170.608</b>	<b>1.136.600</b>

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *Bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis; e
- (b) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo é composto por: R\$ 32.770 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.234 de outras concessionárias e R\$ 117.774 de partes relacionadas (R\$ 37.545 de empréstimos e financiamentos, R\$ 14.747 de outras concessionárias e R\$ 132.301 de partes relacionadas em 31 de dezembro de 2024).

## 18.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas relativas aos valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	155.691	13%
2027	119.888	10%
2028	144.067	12%
2029	109.505	9%
2030	109.310	9%
De 3031 Até 2034	695.925	61%
Subtotal	1.178.695	101%
(-) Ajuste a valor presente (não circulante)	(163.778)	-14%
Não circulante	1.014.917	87%
<b>Total</b>	<b>1.170.608</b>	<b>100%</b>

## 18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial

	Saldo em 2024	Juros e encargos	Variação monetária	Amortização	Juros pagos	AVP (a)	Saldo em 2025
Outras concessionárias	74.801	5.027	-	-	(5.027)	1.514	76.315
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	735.722	44.842	(1.266)	(1.134)	(1.606)	14.526	791.084
Credores financeiros	326.077	8.027	(1.392)	(26.321)	(7.957)	4.775	303.209
<b>Total</b>	<b>1.136.600</b>	<b>57.896</b>	<b>(2.658)</b>	<b>(27.455)</b>	<b>(14.590)</b>	<b>20.815</b>	<b>1.170.608</b>

	Saldo em 2023	Juros e encargos	Variação monetária	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2024
Outras concessionárias	73.288	5.042	-	-	(5.042)	1.513	74.801
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	674.221	42.524	7.403	(1.228)	(1.726)	14.528	735.722
Credores financeiros	333.059	10.494	17.372	(28.514)	(11.109)	4.775	326.077
<b>Total</b>	<b>1.080.568</b>	<b>58.060</b>	<b>24.775</b>	<b>(29.742)</b>	<b>(17.877)</b>	<b>20.816</b>	<b>1.136.600</b>

- (a) Vide item (c) da nota de nº26 Resultado Financeiro.

## 19 Outras contas a pagar

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
Devoluções a consumidores (a)	33.107	67.440
Convênios de arrecadação	167.537	134.870
Encargos tarifários	11.210	10.079
Créditos de geração distribuída (b)	119.604	94.451
Cauções	71.213	34.940
Neutralidade PIS/COFINS	22.480	15.439
Partes relacionadas	17.872	36.408
Outras contas a pagar	48.459	43.111
<b>Total circulante</b>	<b>491.482</b>	<b>436.738</b>
Parcelamento - ANEEL	51.257	59.228
Phantom - liquidação caixa	15.527	16.689
Outras contas a pagar (c)	14.287	2.641
<b>Total não circulante</b>	<b>81.071</b>	<b>78.558</b>
<b>Totais outras contas a pagar</b>	<b>572.553</b>	<b>515.296</b>

- (a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuidade do interessado;
- (b) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa 24 - Energia elétrica comprada para revenda; e
- (c) Refere-se, principalmente, a reclassificação de parcelamento REFIS.

## 20 Patrimônio líquido

### 20.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.633.607 (R\$ 1.624.459 em 31 de dezembro de 2024) representado por 2.209.074.007 ações, escriturais e sem valor nominal, e o capital autorizado é de R\$ 2.500.000 (R\$ 2.500.000 em 31 de dezembro de 2024), e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Ações preferenciais nominativas Classe C	Total	%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	2.131.276.838	346.012	2	115.903	2.131.738.755	96,50%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	20.664.721	121.339	1.074.634	-	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	1.699.465	10.737	1.085.346	55.474.558	2,51%
<b>Total</b>	<b>2.204.620.569</b>	<b>2.166.816</b>	<b>1.085.373</b>	<b>1.201.249</b>	<b>2.209.074.007</b>	<b>100%</b>

O aumento de capital de R\$ 9.148, foi realizado sem emissão de novas ações, por meio de reserva de incentivos fiscais, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração de 29 de agosto de 2025.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos ou restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital. As ações preferenciais classe C terão direito a dividendo mínimo de 3% (três por cento) a.a. sobre o valor do capital representado por essa classe de ações.

## 20.2 Reserva de lucros

	2025	2024
Reserva legal (a)	326.866	326.866
Reserva de incentivos fiscais (b)	2.257.860	1.903.361
Reserva de investimentos (c)	911.573	11.230
Reserva de dividendos adicionais propostos (d)	-	1.093.583
<b>Total de reservas de lucros</b>	<b>3.496.299</b>	<b>3.335.040</b>

### a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esta reversa atingiu o limite legal máximo previsto na Lei 6.404/76, ficando assim dispensada de novos acréscimos. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é R\$ 326.866.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

### b. Reserva de incentivos fiscais

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O saldo das subvenções da SUDAM é de R\$ 2.257.860 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.903.361 em 31 de dezembro de 2024).



## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### c. Reserva de investimentos

Reserva estatutária, constituída com base no artigo 194 da Lei 6.404/76 cuja finalidade é preservar a integridade do patrimônio social da Companhia. Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo dessa reserva é de R\$ 911.573 (R\$ 11.230 em 31 de dezembro de 2024).

### d. Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 29 de abril de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.093.583.

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Após distribuição dos dividendos adicionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 durante o exercício de 2025, não há saldo nesta reserva em 31 de dezembro de 2025.

## 20.3 Reserva de reavaliação

Procedimento admitido pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) até 1º de janeiro de 2008, pelo qual a Companhia decidiu adotar a reavaliação dos bens componentes do ativo imobilizado a valores de mercado, obedecendo os dispositivos legais pertinentes. As diferenças entre valores de mercado e valores contábeis deram origem ao saldo credor da reserva de reavaliação no patrimônio líquido. A movimentação da reserva de reavaliação está conforme demonstrada a seguir:

	2024	Quota de reavaliação	Amortização	2025
Reserva de reavaliação	33.518	(13.012)	-	20.506
Encargo tributário	(6.842)	-	4.424	(2.418)
<b>Total</b>	<b>26.676</b>	<b>(13.012)</b>	<b>4.424</b>	<b>18.088</b>

	2023	Quota de reavaliação	Amortização	2024
Reserva de reavaliação	47.161	(13.643)	-	33.518
Encargo tributário	(11.480)	-	4.638	(6.842)
<b>Total</b>	<b>35.681</b>	<b>(13.643)</b>	<b>4.638</b>	<b>26.676</b>

## 20.4 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Resultado por ação), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2025				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
<b>Numerador</b>					
Lucro líquido do exercício	1.549.524	1.523	763	844	1.552.654
<b>Denominador</b>					
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>	<b>0,70285</b>	<b>0,70287</b>	<b>0,70298</b>	<b>0,70260</b>	<b>0,70285</b>



## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



	2024				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
<b>Numerador</b>					
Lucro líquido do exercício	1.972.091	1.938	971	1.074	1.976.074
<b>Denominador</b>					
Média ponderada por classe de ações (em milhares)	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>	<b>0,89453</b>	<b>0,89432</b>	<b>0,89493</b>	<b>0,89425</b>	<b>0,89453</b>

### 20.5 Dividendos a pagar

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

(i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.552.654</b>	1.976.074
(-) Reserva legal	-	(29.513)
(-) Reserva de incentivo fiscal	<b>(363.647)</b>	(500.420)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>1.189.007</b>	1.446.141
<b>Dividendos mínimos</b>		
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>297.252</b>	361.535
<b>Dividendos adicionais</b>		
Dividendos adicionais propostos	-	1.093.583
(-) Reserva de reavaliação	-	(9.005)
<b>Total dividendos mínimos e adicionais</b>	<b>297.252</b>	1.446.113

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	419.562
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	1.260.206
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	361.535
Pagamento de dividendos	(1.678.075)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>363.228</b>
Dividendos adicionais distribuídos de 2024 (a)	<b>1.093.583</b>
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	<b>297.252</b>
Pagamento de dividendos	<b>(1.454.812)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>299.251</b>

(a) Ver detalhamento na nota explicativa 19.2 (d).

## 21 Planos de incentivos de longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

### 21.1 Quinto Plano de Opção de Compra de Ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

#### a. Movimentação durante o exercício

	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2025	2025	2024	2024
Em opções				
<b>Existentes em 1º de janeiro</b>	<b>793.100</b>	-	4.038.200	-
<b>Encerrados ao fim do exercício</b>	<b>(246.100)</b>	-	(3.245.100)	-
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	-	-	187.500	23,63
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	132.000	22,67	175.600	23,00
Existentes ao fim do exercício 5ª Outorga	15.000	22,64	30.000	22,98
Existentes ao fim do exercício 6ª Outorga	400.000	25,73	400.000	26,04
<b>Total existentes ao fim do exercício</b>	<b>547.000</b>	-	793.100	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,14 anos (3,87 anos, em 31 de dezembro de 2024). Não houve novas outorgas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Premissas	2025	2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,00	11,02
Rendimento de dividendos (%)	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Volatilidade esperada (%)	31,45	31,71
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,85	10,79
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,14	3,87
Média ponderada do preço das ações (R\$)	30,93	28,90
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Foi reconhecida uma despesa no resultado da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 1.070 (de R\$ 2.888 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

## 21.2 Plano de outorga de "Phantom Shares"

A Companhia possui três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração das métricas de *performance* definidas, a Companhia fez jus aos referidos programas. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial, caso as métricas de *performance* forem atingidas, considerando todos os programas ativos:

	Número de ações	Valor justo médio ponderado	Número de ações	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	<b>633.423</b>	<b>31,60</b>	651.475	33,32
Outorgadas durante o exercício/exercício	<b>333.284</b>	-	-	-
Cancelamento/transferência (a)	<b>(265.001)</b>	-	(18.052)	-
Pagamentos	<b>(120.000)</b>	-	-	-
<b>Existentes ao fim do exercício/exercício</b>	<b>581.706</b>	<b>38,41</b>	<b>633.423</b>	<b>31,60</b>

(a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, a Companhia realizou a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa de R\$ 7.164 para a Companhia, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (R\$ 555 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

### 21.3 Plano de outorga de "Matching Shares"

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do exercício de carência.

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

	Número de opções	Valor justo médio ponderado	Número de opções	Valor justo médio ponderado
	2025	2025	2024	2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	111.340	31,12	-	-
Outorgadas durante o exercício/exercício	94.975	32,22	111.340	31,12
Cancelamentos durante o exercício/exercício	(10.608)	-	-	-
<b>Existentes ao fim do exercício/exercício 1º Plano</b>	<b>100.732</b>	<b>31,12</b>	111.340	31,12
<b>Existentes ao fim do exercício/exercício 2º Plano</b>	<b>94.975</b>	<b>32,22</b>	-	-
<b>Existentes ao fim do exercício/exercício</b>	<b>195.707</b>	<b>31,65</b>	111.340	31,12

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2.053 (R\$ 1.137 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

## 22 Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

	2025	2024
Receita de distribuição (a)	<b>8.815.643</b>	8.989.726
Remuneração financeira WACC	<b>996.899</b>	916.833
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	<b>75.090</b>	(159.303)
Subvenção CDE – Outros (c)	<b>953.671</b>	728.461
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>10.841.303</b>	10.475.717
Suprimento de energia elétrica (d)	<b>88.027</b>	57.383
Receita pela disponibilidade – uso da rede (e)	<b>726.533</b>	593.400
Receita de construção (f)	<b>3.468.594</b>	2.604.300
Atualização do ativo financeiro (g)	<b>333.093</b>	303.916
Outras receitas	<b>323.091</b>	268.055
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>15.780.641</b>	14.302.771
<b>Deduções da receita</b>		
ICMS sobre venda de energia elétrica	<b>(1.948.013)</b>	(1.940.146)
PIS e COFINS	<b>(867.038)</b>	(838.615)
Encargos do consumidor	<b>(93.965)</b>	(88.407)
ISS	<b>(1.298)</b>	(1.536)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	<b>(587.399)</b>	(527.666)
Penalidades DIF/FIC e outras	<b>(59.184)</b>	(44.504)
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(3.556.897)</b>	(3.440.874)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>12.223.744</b>	10.861.897

- (a) A redução da receita de distribuição decorre principalmente da queda no volume de energia faturada nas classes Residencial e Comercial, que representam mais de 68,4% das vendas da Companhia. Apesar do aumento de 1,3% no número de consumidores residenciais, o número de clientes classificados como Baixa Renda caiu 3,1%. A classe residencial é a que possui maior representatividade em energia injetada por mini e microgeração distribuída, sendo assim, parte do consumo da classe é afetado pelo sistema de compensação de energia elétrica;
- (b) A variação positiva de R\$ 234.393 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R\$73.467; (ii) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos, entretanto, no exercício atual houve uma receita maior, principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL, gerando uma variação positiva de R\$ 272.993 quando comparado com o exercício anterior; (iii) efeito negativo de R\$ 110.710 em CVA da Bandeira Faturada devido as bandeira tarifárias ocorridas em 2025, diferente do ocorrido no exercício anterior; e (iv) a variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e excedente reativo no montante de R\$ 1.357 ;
- (c) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário. A variação refere-se ao registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II e III, representando expressivo aumento dos consumidores que injetam energia na rede da distribuidora e reduzem seu valor de fatura, que é subvencionado via aporte CDE;
- (d) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter vendido energia no Mercado de Curto Prazo no exercício 31 de dezembro de 2025, ao preço médio PLD de R\$ 365,60/MWh maior do que no exercício anterior de 2024 ao preço médio PLD de R\$ 189,71/MWh;
- (e) No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia havia registrado um incremento de 675 clientes Livres representando aumento de 54,1% no número de consumidores Livres comparado ao exercício anterior, elevando assim a Receita de uso da Rede Consumidor Livre;
- (f) A variação desta linha decorre principalmente do aumento das aquisições de materiais para estoque, que apresentaram crescimento de aproximadamente 33% em relação ao exercício de 2024, impulsionado pelos elevados investimentos realizados para atendimento das demandas associadas à COP30. Esses investimentos, voltados à expansão e continuidade das operações da Companhia, resultam, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis, no reconhecimento proporcional da receita e do custo de construção; e
- (g) A variação observada no ativo financeiro decorre de ajustes técnicos e adequações regulatórias. Em 2025, ajustes patrimoniais foram realizados em função da reunitização de ativos, o que exigiu correções sistêmicas pontuais, tratadas como forma de preservar a integridade das demonstrações contábeis. Em 2025, atendendo à fiscalização da ANEEL, foi adotado novo critério de unitização para baterias do Projeto SIGFI, resultando na reclassificação de aproximadamente R\$ 19.930 milhões do ativo financeiro para o ativo intangível, com impacto correspondente no passivo.

## 23 Custos do serviço e despesas operacionais

	2025				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas gerais e administrativas (c)	PECLD	Total
Pessoal	(84.652)	(39.155)	(111.786)	-	(235.593)
Material	(17.842)	(7.853)	(2.194)	-	(27.889)
Serviços de terceiros	(288.088)	(214.581)	(66.296)	-	(568.965)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(4.399.380)	-	-	-	(4.399.380)
Custo de construção (b)	(3.468.594)	-	-	-	(3.468.594)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(223.643)	(223.643)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(44.061)	-	(44.061)
Amortização	(509.614)	-	(104.288)	-	(613.902)
Subvenção CCC	(76.843)	-	-	-	(76.843)
Outros	(1.542)	3.245	(8.788)	(773)	(7.858)
<b>Total</b>	<b>(8.846.555)</b>	<b>(258.344)</b>	<b>(337.413)</b>	<b>(224.416)</b>	<b>(9.666.728)</b>

	2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesa com vendas	Despesas gerais e administrativas (c)	PECLD	Total
Pessoal	(47.867)	(37.227)	(103.872)	-	(188.966)
Material	(11.221)	(17.359)	(1.078)	-	(29.658)
Serviços de terceiros	(213.517)	(229.846)	(29.075)	-	(472.438)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(4.118.927)	-	-	-	(4.118.927)
Custo de construção (b)	(2.604.300)	-	-	-	(2.604.300)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(221.978)	(221.978)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(13.389)	-	(13.389)
Amortização	(345.811)	-	(79.089)	-	(424.900)
Subvenção CCC	(58.327)	-	-	-	(58.327)
Outros	(4.793)	(4.503)	(1.119)	3.993	(6.422)
<b>Total</b>	<b>(7.404.763)</b>	<b>(288.935)</b>	<b>(227.622)</b>	<b>(217.985)</b>	<b>(8.139.305)</b>

- (a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 – Energia elétrica comprada para revenda;
- (b) A Companhia reconhece o custo de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados; e
- (c) O aumento de 48% nas despesas gerais e administrativas se deu principalmente pelo efeito primarização, honorários de êxitos não previstos como RJ, efeito COP30, e conciliação de depósitos vinculados a processos encerrados.

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### 24 Energia elétrica comprada para revenda

	2025		2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	10.666	(2.562.426)	10.842	(2.436.091)
Contratos Eletronuclear	321	(100.649)	324	(106.894)
Contratos cotas de garantias	1.289	(431.242)	1.513	(397.164)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS/Energia reserva (b)	-	(217.180)	-	(283.545)
Energia bilateral	226	(97.698)	226	(91.007)
Energia de curto prazo – CCEE (c)	-	(331.339)	-	(132.805)
Programa incentivo fontes alternativas energia – PROINFA	187	(112.402)	189	(88.548)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	-	412.446	-	394.940
Geração Distribuída (e)	-	(25.153)	-	(91.569)
<b>Subtotal</b>	<b>12.689</b>	<b>(3.465.643)</b>	<b>13.094</b>	<b>(3.232.683)</b>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (f)	-	(933.737)	-	(886.244)
<b>Total</b>	<b>12.689</b>	<b>(4.399.380)</b>	<b>13.094</b>	<b>(4.118.927)</b>

- (a) A variação refere-se aos custos com contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), com preço médio do exercício em R\$ 240,24/MWh em relação a 2024 de R\$224,69/MWh;
- (b) A diminuição nas despesas associadas ao ESS em comparação ao exercício anterior deve-se a redução do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, acrescido de menores despesas com o Encargo de Energia de Reserva cuja finalidade é aumentar a Segurança no Fornecimento de Energia Elétrica ao Sistema Interligado Nacional, ocasionando diminuição dos pagamentos associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação negativa de R\$ 198.534 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024;
- (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela Companhia (regime caixa);
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar; e
- (f) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 e Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

(\*) não auditado.

### 25 Outras despesas operacionais, líquidas

	2025	2024
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	642	5.988
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	3.145	21.669
Outras receitas operacionais	2.356	1.921
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>6.143</b>	<b>29.578</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(150.373)	(66.766)
Indenização por danos a terceiros	(2.412)	(2.493)
Provisão para perda de estoque (a)	(23.744)	(15.660)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(25.726)	(85.556)
Outras despesas operacionais	(25.805)	(50.113)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(228.060)</b>	<b>(220.588)</b>
<b>Total outras despesas operacionais, líquidas</b>	<b>(221.917)</b>	<b>(191.010)</b>

- (a) A distribuidora realiza avaliações periódicas de seus estoques/obras a fim de identificar materiais com baixa movimentação, constituindo provisão para perdas como forma de refletir o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado corresponde, em sua maioria, a itens obsoletos, de baixa rotatividade e/ou danificados. Para os materiais sem expectativa de benefício econômico, a distribuidora constitui provisão, uma vez que esses itens atendem às premissas previamente estabelecidas. Quando tais premissas deixam de ser atendidas, procede-se à reversão da respectiva provisão;
- (b) O aumento na conta de Perdas no resultado do exercício decorre, principalmente, da baixa de um adiantamento a fornecedor, cuja continuidade contratual foi interrompida, não havendo expectativa de recuperação do valor. Adicionalmente, foram registradas baixas de ativos que apresentaram avarias e deixaram de ser utilizados nas operações, sendo desativados ao longo do exercício. Esses ativos não foram reaproveitados, o que justificou o reconhecimento da perda; e
- (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 163.528 e R\$ 137.802 (sendo R\$ 137.148 do contas a receber de clientes conforme nota explicativa nº 6.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e R\$ 654 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de 25.726).

## 26 Resultado financeiro

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	470.604	224.957
Valores a receber/devolver parcela A	40.932	39.970
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	260	280.509
Acréscimo moratório de energia vendida	145.987	157.560
Receita financeira de AVP (c)	17.267	27.912
PIS/COFINS sobre receita financeira	(34.095)	(23.690)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (d)	226.254	3.532
Outras receitas financeiras	75.711	92.580
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>942.920</b>	<b>803.330</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos da dívida (e)	(638.348)	(387.635)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(401.473)	(68.326)
Valores a receber/devolver parcela A	(56.305)	(69.380)
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (d)	(184.101)	(422.216)
Despesa financeira de AVP (c)	(32.108)	(35.283)
Atualização de contingências	(22.337)	(11.262)
Juros, multas s/ operação de energia	(271)	(310)
Descontos concedidos	(61.688)	(66.895)
Encargos com partes relacionadas	(1.603)	(1.658)
PECLD sobre juros de mora de contas a receber	(2.656)	1.580
Despesa com aval	(7.464)	(24.153)
Outras despesas financeiras	(65.003)	(55.246)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(1.473.357)</b>	<b>(1.140.784)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(530.437)</b>	<b>(337.454)</b>

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento da média de disponibilidade de caixa e aplicações financeiras da Companhia no exercício, em comparação com exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Além disso, houve impacto favorável da elevação da taxa CDI, que passou de 10,88% em 31 de dezembro de 2024 para 14,32% em 31 de dezembro de 2025;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%;
- (c) Valor refere-se ao reconhecimento de ajuste a valor presente líquido de R\$ R\$ 5.974 e negativo de R\$ 20.815, conforme notas explicativas nº 6 - Contas a receber de clientes e nº 18.3 - Movimentação dos valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial;
- (d) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 11,14% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025. Em contrapartida, no acumulado até 31 de dezembro de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 27,91% no valor do dólar. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo; e
- (e) Em 31 de dezembro de 2025, o aumento na despesa, deu-se principalmente em função da elevação da taxa CDI, indexador com 67% de participação na dívida da Companhia, que passou de 10,88% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para 14,32% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



## 27 Benefício pós-emprego

### 27.1 Características do plano de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Equatorial Energia Fundação de Previdência (EQTPREV), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, conforme descritos a seguir:

Plano	Modalidade	Administradora	Patrocinadoras	Tipo de Benefícios	Principais Benefícios
Equatorial CD	CD + BD (risco)	EQTPREV	EQTL PA	Contributivo	Aposentadorias; Pensão por morte
Equatorial BD	BD	EQTPREV	EQTL PA	Contributivo	Pensão; Abono; Aposentadorias; Auxílios
Celpa OP	Contribuição Variável + BD na inatividade	EQTPREV	EQTL PA	Contributivo	Renda mensal; Pecúlio; Contribuições
Celpa R	BD (não contributivo)	EQTPREV	EQTL PA	Não contributivo	Auxílio-doença; Invalidez; Pensão; Abono

### 27.2 Características dos outros benefícios

A Companhia dispõe de outros benefícios, além de planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir:

#### a) Resolução nº 10/1989

A Companhia possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Equatorial.

#### b) Planos de Saúde e Odontológico

É oferecido aos empregados, ex-empregados e dependentes diversos planos de saúde e odontológicos, conforme a região:

Companhia	Plano	Operadora	Tipo de Cobertura	Público-Alvo
Equatorial Pará	Unimed Nacional	Central Nacional Unimed (CNU)	Saúde – Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia	Empregados, ex-empregados e dependentes (exceto diretores e gerentes)
Equatorial Pará	Uniodonto	Uniodonto Belém	Odontológico	Empregados, ex-empregados e dependentes

### 27.3 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (passivo ou ativo atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2025:

	2025					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
<b>Déficit/(Superávit) apurado</b>						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	387	175.997	1.640	63.091	13.811	254.926
Valor justo dos ativos do plano	(14.315)	(313.380)	(3.824)	-	-	(331.519)
<b>Déficit/(Superávit) apurado Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais</b>	<b>(13.928)</b>	<b>(137.383)</b>	<b>(2.184)</b>	<b>63.091</b>	<b>13.811</b>	<b>(76.593)</b>
Efeito do Teto de Ativo	3.253	139.995	878	-	-	144.126
Passivos adicionais	-	1.494	-	-	-	1.494
<b>Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais</b>	<b>3.253</b>	<b>141.489</b>	<b>878</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>145.620</b>
<b>Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no IAS 19/ CPC 33 (R1)</b>						
<b>Passivo/(Ativo) líquido apurado</b>	<b>(10.675)</b>	<b>4.106</b>	<b>(1.306)</b>	<b>63.091</b>	<b>13.811</b>	<b>69.027</b>

Ativo não circulante	12.193
Passivo circulante	(1.708)
Passivo não circulante	(79.512)
<b>Total líquido</b>	<b>(69.027)</b>

	2024					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
<b>Déficit/(Superávit) apurado</b>						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	357	186.145	1.780	45.090	15.400	248.772
Valor justo dos ativos do plano	(12.971)	(320.729)	(3.526)	-	-	(337.226)
<b>Déficit/(Superávit) apurado Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais</b>	<b>(12.614)</b>	<b>(134.584)</b>	<b>(1.746)</b>	<b>45.090</b>	<b>15.400</b>	<b>(88.454)</b>
Efeito do Teto de Ativo	-	-	619	-	-	619
Passivos adicionais	3.869	139.754	-	-	-	143.623
<b>Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais</b>	<b>3.869</b>	<b>139.754</b>	<b>619</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>144.242</b>
<b>Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33 (R1)</b>						
<b>Passivo/(Ativo) líquido apurado</b>	<b>(8.745)</b>	<b>5.170</b>	<b>(1.127)</b>	<b>45.090</b>	<b>15.400</b>	<b>55.788</b>

Ativo não circulante	9.872
Passivo circulante	(1.546)
Passivo não circulante	(64.114)
<b>Total líquido</b>	<b>(55.788)</b>

## 27.4 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2025					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
<b>Resultado do exercício 2025</b>						
Custo do serviço corrente líquido	50	3	-	816	-	869
Custo do serviço passado	-	-	-	34	-	34
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	35	21.293	203	5.338	1.839	28.708
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.677)	(37.718)	(414)	-	-	(39.809)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	502	16.993	75	-	-	17.570
<b>Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício</b>	<b>(1.090)</b>	<b>571</b>	<b>(136)</b>	<b>6.188</b>	<b>1.839</b>	<b>7.372</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício</b>						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	403	22.980	(53)	-	-	23.330
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(5)	(8.375)	(174)	15.192	(1.497)	5.141
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(1.118)	(15.257)	183	-	-	(16.192)
<b>(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA</b>	<b>(720)</b>	<b>(652)</b>	<b>(44)</b>	<b>15.192</b>	<b>(1.497)</b>	<b>12.279</b>
	2024					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
<b>Resultado do exercício 2024</b>						
Custo do serviço corrente líquido	45	12	-	1.649	-	1.706
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	29	18.900	177	5.447	1.571	26.124
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.008)	(31.517)	(449)	-	-	(32.974)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	290	13.099	174	-	-	13.563
<b>Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício</b>	<b>(644)</b>	<b>494</b>	<b>(98)</b>	<b>7.096</b>	<b>1.571</b>	<b>8.419</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício</b>						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(1.136)	27.001	1.471	-	-	27.336
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(99)	(17.630)	(123)	(16.583)	(1.381)	(35.816)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	495	(8.998)	(1.364)	-	-	(9.867)
<b>(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA</b>	<b>(740)</b>	<b>373</b>	<b>(16)</b>	<b>(16.583)</b>	<b>(1.381)</b>	<b>(18.347)</b>

## 27.5 Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao exercício durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

	2025				2024			
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Total	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Total
Títulos Públicos	177.676	307.769	10.513	495.958	146.435	278.005	8.462	432.902
Fundos de Investimentos	513.622	46.284	1.200	561.106	223.844	37.727	1.275	262.846
Outros	110.227	10.714	377	121.318	92.542	21.195	355	114.092
<b>Ativo total</b>	<b>801.525</b>	<b>364.767</b>	<b>12.090</b>	<b>1.178.382</b>	<b>462.821</b>	<b>336.927</b>	<b>10.092</b>	<b>809.840</b>

## 27.6 Obrigação de benefício definido

### a) Premissas atuariais

	2025					2024				
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros
Taxa de inflação	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto real	7,70%	7,33%	7,34%	7,15%	7,56%	7,63%	6,80%	6,80%	6,75%	6,98%
Taxa de desconto nominal	12,06%	11,67%	11,69%	11,49%	11,92%	12,97%	12,10%	12,10%	12,04%	12,29%
Futuros aumentos salariais	4,05%	4,05%	4,05%	Não aplicável	4,05%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	Não aplicável
Futuros aumentos de pensão	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%	4,05%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Suavizad a em 10%	AT-2000 Segregad a por Sexo Suavizad a em 10%	BR-EMSsb 2015 (segregad a por sexo)	AT 2000 Segregad a por Sexo Suavizad a em 10%	AT-2000 Segregad a por Sexo Suavizad a em 10%	AT-2000 Segregad a por Sexo Suavizad a em 10%	AT-2000 Segregad a por Sexo Suavizad a em 10%	BR-EMSsb 2015 Segregad a por Sexo Suavizad a em 10%	AT 2000 Segregad a por Sexo Suavizad a em 10%	AT-2000 Segregad a por Sexo Suavizad a em 10%

### b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	2025						
	Análise de sensibilidade	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(8)	(5.444)	(57)	(3.430)	(394)	(9.333)
	Redução de 0,5%	8	5.795	61	3.767	417	10.048
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(19)	5.016	36	2.260	426	7.719
	Redução de 1 ano	21	(5.058)	(37)	(2.256)	(426)	(7.756)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	3.703	-	3.703
	Redução de 0,5%	-	-	-	(3.399)	-	(3.399)

Premissa	2024						
	Análise de sensibilidade	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(7)	(6.083)	(66)	(2.708)	(459)	(9.323)
	Redução de 0,5%	7	6.493	72	3.001	487	10.060
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	(18)	5.303	37	1.754	454	7.530
	Redução de 1 ano	19	(5.347)	(39)	(1.723)	(456)	(7.546)
HCCTR	Aumento de 0,5%	-	-	-	2.958	-	2.958
	Redução de 0,5%	-	-	-	(2.689)	-	(2.689)

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, elas fornecem uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

## 27.7 Fluxo de caixa

	2025					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
<b>1 Fluxo de caixa no exercício</b>						
Contribuições do empregador	119	983	-	3.379	-	4.481
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	49	23.070	169	3.379	-	26.667
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.930	1.930
<b>2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte</b>						
Contribuições do empregador	120	983	-	3.521	-	4.624
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	225	22.692	184	3.521	-	26.622
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.949	1.949
	2024					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
<b>1 Fluxo de caixa no exercício</b>						
Contribuições do empregador	109	968	-	2.870	-	3.947
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	21.705	200	2.870	-	24.775
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.972	1.972
<b>2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte</b>						
Contribuições do empregador	96	930	-	3.379	-	4.405
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	184	22.522	186	3.379	-	26.271
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	2.085	2.085

## 28 Instrumentos financeiros

### 28.1 Considerações gerais

A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 14.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 15.5 – *Covenants* das debêntures.

### 28.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

### 28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorrerem as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, e em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

#### a) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível.

As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão identificados conforme a seguir:

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósitos bancários à vista	-	Custo amortizado	46.452	46.452	71.119	71.119
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	760.750	760.750	1.247.055	1.247.055
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	1.946.354	1.946.354	2.315.924	2.315.924
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	2.489.237	2.489.237	2.313.285	2.313.285
Sub-rogação da CCC – valores aplicados	3	Custo amortizado	349.930	349.930	349.930	349.930
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	8.877.170	8.877.170	7.716.194	7.716.194
<b>Total do ativo</b>			<b>14.469.893</b>	<b>14.469.893</b>	<b>14.013.507</b>	<b>14.013.507</b>

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2025		2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedor	-	Custo amortizado	1.111.437	1.111.437	1.140.554	1.140.554
Fornecedor - risco sacado	-	Custo amortizado	202.487	202.487	129.586	129.586
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	2.322.271	2.324.998	3.844.163	3.846.087
Debêntures	-	Custo amortizado	3.116.176	3.138.473	3.831.243	3.912.927
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	2.757.703	2.757.703	-	-
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.170.608	1.170.608	1.136.600	1.321.193
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	14.133	14.133	17.174	17.174
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	116.420	116.420	51	51
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	216.680	216.680	269.321	269.321
<b>Total do passivo</b>			<b>11.027.915</b>	<b>11.052.939</b>	<b>10.368.692</b>	<b>10.636.893</b>

### 28.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia é realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia utiliza contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

### 28.4.1 Aspectos da relação de *hedge*

#### a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia utiliza o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

#### b) Índice de *hedge*

A Companhia adota índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante *notional*, prazo e risco objeto da proteção.

#### c) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

#### d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.



## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2025 e 2024, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de Hedge	Juros	Indexadores	Valor justo	
									2025	2024
Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	186.237	1.000.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD+ 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a.	-	130.712
Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	13.763	73.900	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a.	-	9.660
Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	50.000	300.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI +1,09% a.a.	(26.053)	1.611
BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	1.475.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(43.575)	(31.908)
Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	1.300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,025% a.a.	(46.792)	-
<b>Total</b>				<b>4.148.900</b>					<b>(116.420)</b>	<b>110.075</b>
								Ativo não circulante	-	110.126
								Passivo circulante	(91)	(51)
								Passivo não circulante	(116.329)	-
								<b>Efeito líquido total</b>	<b>(116.420)</b>	<b>110.075</b>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de *hedge*, na Companhia, foram os seguintes:

Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de hedge está incluído	Valor contábil				Alterações no valor do instrumento de hedge reconhecidas em ORA	
		2025		2024		2025	2024
		Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)		
Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.075.000	(116.420)	2.848.900	110.075	51.069	(37.706)

### 28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

#### (a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

#### (i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 807.202 (R\$ 1.318.174 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão.

**(ii) Contas a receber de clientes**

As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1.000/2021, emitida pela ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota nº 6 – Contas a receber de clientes. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.14.2.1 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e perdas efetivas.

**Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa**

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer	516.844	3,78% a 33,02%	126.718	592.805	3,78%	22.408
Vencido 1 a 30	19.537	41,21%	8.051	282.280	7,87%	22.215
Vencido 31 a 60	13.511	50,14%	6.774	87.597	21,95%	19.228
Vencido 61 a 90	13.364	53,82%	7.193	60.631	31,96%	19.378
Vencido 91 a 180	37.050	55,41% a 58,19%	21.076	137.285	36,21% a 40,33%	52.589
Vencido 181 a 360	70.388	58,69% a 63,03%	43.077	218.565	42,07% a 50,02%	101.902
Acima de 360	415.355	63,72% a 92,03%	328.939	906.316	51,63% a 81,5%	562.222
<b>Total</b>	<b>1.086.049</b>		<b>541.828</b>	<b>2.285.479</b>		<b>799.942</b>

**Aging parcelamentos saldos a vencer**

	2025				
	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Residencial	142.200	71.010	34.955	41.117	289.282
Industrial	4.993	2.076	1.195	1.428	9.692
Comercial	13.991	5.692	2.726	2.943	25.352
Rural	13.971	6.443	3.396	3.760	27.570
Poder público	28.256	17.627	10.651	12.248	68.782
Iluminação pública	5.558	4.037	2.778	1.587	13.960
Serviço público	60.229	8.487	5.593	7.897	82.206
<b>Total a vencer</b>	<b>269.198</b>	<b>115.372</b>	<b>61.294</b>	<b>70.980</b>	<b>516.844</b>

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



### Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2025					TOTAL
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. há mais de 1531 dias	
Residencial	54.327	77.772	83.865	99.310	72.760	388.034
Industrial	1.938	2.374	2.872	3.536	2.787	13.507
Comercial	4.497	7.248	8.311	11.141	9.360	40.557
Rural	5.962	6.416	5.624	7.240	5.725	30.967
Poder público	1.479	1.667	2.691	879	602	7.318
Iluminação pública	161	109	120	96	48	534
Serviço público	39.077	707	715	703	674	41.876
<b>Total a vencer</b>	<b>107.441</b>	<b>96.293</b>	<b>104.198</b>	<b>122.905</b>	<b>91.956</b>	<b>522.793</b>

### PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada de perda média do não faturado	Saldo PECLD
A vencer	266.514	3,78%	10.074

### PECLD Outros

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PECLD
A Vencer	44.564	3,78%	1.685
Vencido 1 a 30	10.928	7,87%	860
Vencido 31 a 60	3.723	21,95%	817
Vencido 61 a 90	2.309	31,96%	738
Vencido 91 a 180	4.710	36,21% a 40,33%	1.796
Vencido 181 a 360	5.164	42,07% a 50,02%	2.406
Acima de 360	60.407	51,63% a 81,5%	37.374
<b>Total</b>	<b>131.805</b>		<b>45.676</b>

### (iii) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão).

### (iv) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*.

**(b) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos, nº 15 – Debêntures e nº 18 – Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses (índice de disponibilidade). O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de 4,23 (2,06 em 31 de dezembro de 2024).

**( i ) Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2025						
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>							
Empréstimos bancários com garantia	2.048.235	2.964.464	64.755	375.172	438.141	811.748	1.274.648
Empréstimos bancários sem garantia	274.036	382.532	-	44.976	337.556	-	-
<b>Subtotal – Empréstimos e financiamentos</b>	<b>2.322.271</b>	<b>3.346.996</b>	<b>64.755</b>	<b>420.148</b>	<b>775.697</b>	<b>811.748</b>	<b>1.274.648</b>
Títulos de dívida emitidos sem garantia (Debêntures)	5.873.879	11.218.788	79.206	573.870	587.076	4.398.486	5.580.150
Valores a pagar com garantia	37.298	40.036	2.501	26.303	11.232	-	-
Valores a pagar sem garantia	1.133.310	1.775.059	100	54.782	109.601	496.595	1.113.981
<b>Subtotal – Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial</b>	<b>1.170.608</b>	<b>1.815.095</b>	<b>2.601</b>	<b>81.085</b>	<b>120.833</b>	<b>496.595</b>	<b>1.113.981</b>
Fornecedores	1.111.437	1.111.437	400.838	710.599	-	-	-
Fornecedores - Risco sacado	202.487	202.487	193.586	8.901	-	-	-
<b>Subtotal - Fornecedores</b>	<b>1.313.924</b>	<b>1.313.924</b>	<b>594.424</b>	<b>719.500</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>14.133</b>	<b>14.133</b>	<b>880</b>	<b>4.408</b>	<b>5.114</b>	<b>3.731</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>10.694.815</b>	<b>17.708.936</b>	<b>741.866</b>	<b>1.799.011</b>	<b>1.488.720</b>	<b>5.710.560</b>	<b>7.968.779</b>

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e financiamentos e nº 15 – Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido, não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

### (c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

### (d) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2025 a exposição ao câmbio é de 3% (17,7% em 31 de dezembro de 2024), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira).

A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui três dívidas em moeda estrangeira, e possui *swap* para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 28.4 – Instrumentos financeiros derivativos.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ mil (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(279.672)	(302.554)	(378.193)	(453.831)	(226.915)	(151.277)
<b>Impacto no resultado do exercício</b>				(75.639)	(151.277)	75.639	151.277
Swap - Ponta Ativa	US\$	282.400	305.505	381.881	458.258	229.129	152.752
<b>Impacto no resultado do exercício</b>				75.639	151.277	(75.639)	(151.277)
<b>Impacto em outros resultados abrangentes</b>			223	737	1.476	(737)	(1.476)
<b>Impacto líquido no resultado do exercício total</b>			-	-	-	-	-
<b>Referência para passivos financeiros</b>		<b>Taxa projetada</b>	<b>Taxa em 31/12/2025</b>	<b>+25%</b>	<b>+50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
Dólar US\$/R\$ (12 meses)		5,95	5,50	7,44	8,93	4,46	2,98
Fonte: B3							

### (e) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.



## Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação  
31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Valores expressos em milhares de reais)



Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV 25%	Cenário V -50%
<b>Ativos Financeiros</b>							
Aplicações financeiras e Investimentos de curto prazo	CDI	2.707.104	3.081.226	3.174.756	3.268.287	2.987.696	2.894.165
<b>Impacto no resultado</b>				93.530	187.061	(93.530)	(187.061)
<b>Passivos financeiros</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(5.977.319)	(6.803.384)	(7.009.900)	(7.216.417)	(6.596.868)	(6.390.351)
	IGP-M	(416.438)	(433.970)	(438.353)	(442.736)	(429.587)	(425.204)
	IPCA	(2.031.718)	(2.107.095)	(2.125.939)	(2.144.783)	(2.088.251)	(2.069.407)
<b>Total passivos financeiros</b>		<b>(8.425.475)</b>	<b>(9.344.449)</b>	<b>(9.574.192)</b>	<b>(9.803.936)</b>	<b>(9.114.706)</b>	<b>(8.884.962)</b>
<b>Impacto no resultado</b>				<b>(229.744)</b>	<b>(459.487)</b>	<b>229.744</b>	<b>459.487</b>
Swap - Ponta Passiva	CDI	308.453	351.081	361.738	372.395	340.424	329.767
<b>Impacto em outros resultados abrangentes</b>				205	411	(205)	(411)
<b>Impacto no resultado</b>				<b>10.452</b>	<b>20.903</b>	<b>(10.452)</b>	<b>(20.903)</b>
<b>Impacto líquido no resultado</b>				<b>(125.762)</b>	<b>(251.523)</b>	<b>125.762</b>	<b>251.523</b>
<b>Referência para ativos passivos financeiros</b>		<b>Taxa projetada</b>	<b>Taxa em 31/12/2025</b>	<b>+25%</b>	<b>+50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
CDI (% 12 meses)		13,82%	14,45%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%
IGP-M (% 12 meses)		4,21%	-1,05%	5,26%	6,32%	3,16%	2,11%
IPCA (% 12 meses)		3,71%	4,46%	4,64%	5,57%	2,78%	1,86%

Fonte: B3/Santander

### (f) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 14 - Empréstimos e financiamentos e nº 15 - Debêntures.

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

### (g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico)

O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.



Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como ANEEL, CCEE, ONS e MME.

Conforme informações do ONS, o sistema atravessou um período de deplecionamento acentuado dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2025, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2026.

### **(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento**

Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

### **(i) Risco ambiental**

A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte.

## 28.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

## 29 Demonstrações dos fluxos de caixa

### 29.1 Transações não envolvendo caixa

O IAS 7/ CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
<b>Atividades de investimento</b>	
Transferências entre ativo contratual e intangível	576.999
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	864.068
Transferências entre investimento e intangível	3.849
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor	60.682
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas	110.312
<b>Total de atividades de investimento</b>	<b>1.615.910</b>
<b>Atividades de financiamento</b>	
Capitalização de juros de empréstimos	69.083
Hedge accounting de fluxo de caixa	51.069
Dividendos adicionais distribuídos 2024	1.093.583
Dividendos mínimos obrigatórios	297.252
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	2.229
<b>Total de atividades de financiamento</b>	<b>1.513.216</b>
<b>Total</b>	<b>3.129.126</b>

## 29.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de caixa	Pagamento de juros	Novos arrendamentos	Mudanças no valor justo	Outros (a)	2025
Empréstimos e financiamentos	3.844.163	<b>(1.422.386)</b>	<b>(173.560)</b>	-	-	74.054	2.322.271
Debêntures	3.831.243	<b>1.898.507</b>	<b>(393.460)</b>	-	-	537.589	5.873.879
Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial	1.136.600	<b>(27.455)</b>	<b>(14.590)</b>	-	-	76.053	1.170.608
Passivos de arrendamento	17.174	<b>(5.270)</b>	<b>(1.368)</b>	2.229	-	1.368	14.133
Dividendos a pagar	363.228	<b>(1.454.812)</b>	-	-	-	1.390.835	299.251
Instrumentos financeiros derivativos	51	-	<b>(123.909)</b>	-	<b>(51.069)</b>	291.347	116.420
<b>Totais</b>	<b>9.192.459</b>	<b>(1.011.416)</b>	<b>(706.887)</b>	<b>2.229</b>	<b>(51.069)</b>	<b>2.371.246</b>	<b>9.796.562</b>

(a) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar.

## 30 Compromissos futuros

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 <sup>(*)</sup>
Energia contratada (R\$ Mil)	2026 a 2037	3.517.618	3.476.049	3.744.866	47.345.618
Energia contratada (MWh)	2026 a 2037	13.362.088	13.713.605	14.256.957	151.087.416

<sup>(\*)</sup> estimado 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 <sup>(**)</sup>
Sistemas isolados (R\$ Mil)	2026 a 2029	587.948	429.008	40.430	229.669
Sistemas isolados (MWh)	2026 a 2029	255.348	177.033	51.406	257.407

<sup>(\*\*)</sup> estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

## 31 Eventos subsequentes

### Liberação de recurso da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures

Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizada a liberação dos recursos referentes à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em série única, no montante total de R\$ 800.000. A emissão possui prazo de 12 anos, com juros semestrais e amortização anual a partir do 9º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de *swap* para CDI - 0,7875% a.a.

### Aumento de capital

Em 25 de março de 2026 conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 145, mediante a capitalização parcial do saldo da Reserva Legal, sem emissão de novas ações, nos termos do §1º do artigo 169 da Lei das S.A.

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Augusto Miranda da Paz Júnior  
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

### **Conselho Fiscal**

#### *Titulares*

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

#### *Suplentes*

Eduardo Ramos da Silva

Adilson Celestino de Lima

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Marizio Martins da Costa

Ricardo Bertucci

### **Comitê de Auditoria Estatutário**

Tiago de Almeida Noel  
Coordenador

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

### **Diretoria Executiva**

Márcio Caires Vasconcelos  
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques  
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida  
Diretor

Rubens Jose de Figueiredo Briseno  
Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso  
Diretor

Ênio Cunha Leal  
Diretor

André Luiz Barata Pessoa  
Diretor

Nierbeth Costa Brito  
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto  
Superintendente de Ativos e Contabilidade  
Contador  
CRC MA 011842-O-3 S-PA

## Relatório da Administração 2025

A Administração da Equatorial Pará, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As informações não financeiras da Equatorial Pará relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram revisadas pelos auditores independentes.

### Destaques de 2025

---

- ▶ O **volume de energia medida** no ano aumentou 2,7% em relação a 2024, atingindo 11.921 GWh.
- ▶ A **Receita Operacional Líquida (ROL)** cresceu 6% em 2025 totalizando R\$ 8,8 bilhões, reflexo do tarifário de agosto de 2024.
- ▶ O **Lucro Líquido** atingiu R\$ 1,5 bilhões em 2025, redução de 21% se comparado ao valor verificado em 2024.
- ▶ Os **investimentos** da Equatorial Pará somaram R\$ 3,5 bilhões em 2025 aumento de 33% em relação a 2024.
- ▶ As **perdas de energia** dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2025 atingiram 29,6%, aumento de 0,6 p.p. em relação aos 29,05% apresentados no final de 2024 não atingindo a meta regulatória.
- ▶ Em 2025, os índices de **DEC** e **FEC** (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 15,84 horas e 6,93 vezes, respectivamente, que se encontram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL.
- ▶ O **EBITDA** societário apresentou redução de 0,25% em 2025 quando comparado a 2024, registrando um montante de R\$ 2,9 bilhões.

## Mensagem do Presidente

---

Vendo em retrospecto o ano de 2025, acreditamos que a Equatorial Pará vem consolidando cada vez mais um desempenho de excelência desde a mudança de controle da concessão, em 2012.

A venda de energia elétrica na área de concessão cresceu 2,6%, apesar do cenário macroeconômico adverso da região. Nossas perdas de energia encerraram o ano em 28,79%, patamar abaixo do determinado pela ANEEL (28,88%) em nossas tarifas.

Refletindo a eficiência operacional da Companhia, assim como o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos 2025 com lucro líquido de R\$ 1,5 bilhões e geração de caixa operacional de R\$ 3 bilhões.

O montante investido na concessionária paraense atingiu R\$ 3,5 bilhões, com foco na melhoria da qualidade do fornecimento e expansão do serviço de distribuição de energia. A Companhia investiu mais de R\$ 443 milhões por meio do Programa Luz para Todos na modalidade de extensão de rede convencional, alcançando 514.687 mil ligações em todo Estado do Pará. Por outro lado, na modalidade de atendimentos remotos do PLPT por meio de kits fotovoltaicos, os investimentos somaram R\$ 658 milhões, chegando as 20.261 Ligações efetuadas no ano em todo Estado. Com estas entregas, a Equatorial Pará é destaque nacional no ranking de ligações do PLPT.

Um outro grande avanço verificado no ano foram as interligações de 3 localidades nas regiões de Cotijuba, Oeiras do Pará e Prainha até então isoladas do Sistema Interligado Nacional, com investimentos na ordem de R\$ 183 milhões, dos quais R\$ 94 milhões são subsidiados pelos recursos de sub-rogação da conta CCC. Além do benefício à expansão do fornecimento local e meio ambiente, tais empreendimentos também promovem economia sistêmica e definitiva aos encargos setoriais para todo o país.

Como consequência dos investimentos e esforço contínuo de nossa equipe, evoluímos nos níveis de qualidade oferecida aos nossos clientes, através da medição dos indicadores DEC e FEC (respectivamente, duração e frequência das interrupções de energia), que se encontram abaixo dos limites regulatórios estabelecidos pela ANEEL. O DEC encerrou 2025 em 15,84 horas, enquanto o FEC foi de 6,93 vezes.

Também demos passos importantes na consolidação da percepção dos clientes em relação ao fornecimento do serviço, evidenciado pelo resultado da avaliação da pesquisa ISQP Grandes clientes: a Equatorial Pará alcançou a marca de 76,2 pontos, um avanço de 2,8 pontos percentuais em relação a 2024.

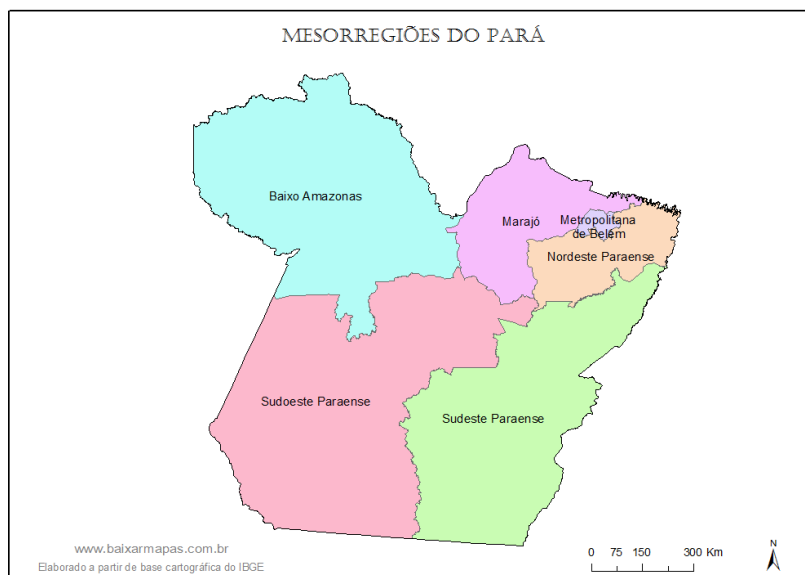
Por fim, celebramos o reconhecimento nacional de nosso modelo de gestão com a conquista do Prêmio ABRADÉE 2025, na categoria Gestão Econômico-Financeira.

Mesmo num ano de adversidades, simbolizadas pelo grande desafio de garantir o fornecimento de energia durante a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 em Belém, conseguimos nos superar e apresentamos grandes resultados operacionais e financeiros graças à capacidade e atitude do time. Nosso objetivo é continuar melhorando a qualidade do serviço prestado e buscar sempre a maior eficiência no uso dos recursos da companhia. Para 2026, temos grandes desafios pela frente.

Márcio Caires Vasconcelos  
**Diretor-Presidente**

## Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas no Pará

### Ambiente econômico e perspectivas no Estado do Pará



Pará	
Capital	Belém
Área (km²)	1.245.829
Número de Municípios	144
População Estimada 2025	8.711.196
Cres. Estimado PIB PA	2,8%
Cres. Estimado PIB BR	2,5%
Rendimento mensal domiciliar per capita (2025)	R\$ 1.420,00
Densidade demográfica (hab/km²)	6,52

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/>  
 Fonte PIB Estimado: <https://www.bb.com.br/site/investimentos/analises/>

Em 2025, o Mercado Fio B (composto pela soma da energia faturada dos mercados cativo, livre, uso do sistema e da energia compensada de GD II e III) apresentou expansão de 2,6%. As classes Residencial, Comercial e Industrial, que em conjunto representam 84,3% do Mercado Fio B no Pará, contribuíram com incremento de 303 GWh no ano.

O Pará está situado na Região Norte, sendo o 2º maior estado do país em extensão territorial, com uma área de 1.245.829 km² sendo dividido em 144 municípios. Com 8,711 milhões de habitantes em 2025, é o estado mais populoso da Região Norte e o nono mais populoso do Brasil, sendo a capital situada no município de Belém, sua maior cidade, concentrando cerca 1,397 milhões de habitantes, que representa 16,0% do Pará.

Ano de 2025 comparando com o ano de 2024, houve um aumento de 0,9% no número de consumidores, sendo que a classe de consumidores que mais influenciou o bom desempenho a Residencial com 1,3% de crescimento.



## Dados Operacionais de Mercado

Dados Operacionais		2024	2025	Var
	Medida	PA	PA	25 vs 24
Energia Injetada SIN	GWh	14.966	15.075	0,7%
Sistema isolado	GWh	276	296	7,4%
Energia injetada pela Geração Distribuída	GWh	1.059	1.493	40,9%
<b>Energia Injetada Bruta Total</b>	<b>GWh</b>	<b>16.301</b>	<b>16.864</b>	<b>3,5%</b>
<i>Variação Injetada Bruta Total (%)</i>	%		3,5%	-
Residencial - convencional	GWh	3.172	3.109	-2,0%
Residencial - baixa renda	GWh	1.869	1.844	-1,4%
Industrial	GWh	288	200	-30,5%
Comercial	GWh	1.281	1.084	-15,4%
Outros	GWh	1.646	1.595	-3,1%
<b>Consumidores Cativos</b>	<b>GWh</b>	<b>8.257</b>	<b>7.832</b>	<b>-5,1%</b>
Industrial	GWh	1.364	1.605	17,7%
Comercial	GWh	939	1.107	17,9%
Outros	GWh	138	154	11,1%
<b>Consumidores livres</b>	<b>GWh</b>	<b>2.441</b>	<b>2.865</b>	<b>17,4%</b>
Energia de Conexão - outras Distribuidoras	GWh	25	33	31,3%
<b>Energia Faturada</b>	<b>GWh</b>	<b>10.723</b>	<b>10.730</b>	<b>0,1%</b>
<i>Variação Faturada (%)</i>	%		0%	-
SCEE - GDII + GD IIII		284	562	98,0%
<b>Mercado Fio B</b>	<b>GWh</b>	<b>11.007</b>	<b>11.292</b>	<b>2,6%</b>
<i>Variação Mercado Fio B (%)</i>	%		2,6%	-
<b>Fluxo Passante</b>	<b>GWh</b>	<b>127</b>	<b>123</b>	<b>-3,1%</b>
<i>Variação Fluxo Passante (%)</i>	%		-3,1%	-
<b>Energia Medida Total + Fluxo Passante</b>	<b>GWh</b>	<b>11.565</b>	<b>11.871</b>	<b>2,6%</b>
<i>Variação Energia Medida Total + Fluxo Passante (%)</i>	%		2,6%	-
<b>Número de Consumidores</b>	<b>Mil</b>	<b>3.064</b>	<b>3.093</b>	<b>0,9%</b>
<i>Variação Número de Consumidores (%)</i>	%		0,9%	-
Perdas totais	GWh	4.736	4.993	5,4%

**Número de consumidores** - Em 2025, a base total de consumidores alcançou 3.092.955 unidades, representando crescimento de 0,94% (28,7 mil consumidores) em relação a 2024. A expansão foi impulsionada principalmente pela classe Residencial, que registrou aumento de 1,3% (35 mil consumidores).

Consumidores	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	2.730.680	2.695.652	2.614.106	2.543.351	2.432.179	2.360.980	1.114.530
Industrial	4.764	4.461	4.369	4.173	4.230	3.947	2.885
Comercial	153.361	153.060	155.941	161.291	162.536	166.229	94.849
Outros	204.150	211.031	215.407	204.394	212.036	201.974	88.602
<b>Total</b>	<b>3.092.955</b>	<b>3.064.204</b>	<b>2.989.823</b>	<b>2.913.209</b>	<b>2.810.981</b>	<b>2.733.130</b>	<b>1.300.866</b>
<b>Variação</b>	<b>0,94%</b>	<b>2,49%</b>	<b>2,63%</b>	<b>3,64%</b>	<b>2,85%</b>	<b>110,10%</b>	<b>-1,60%</b>

Em relação ao Residencial Baixa Renda observou-se uma redução de -3,1%, impulsionada pelas recentes alterações nas políticas públicas federais voltadas à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), no âmbito do programa social conhecido como “Luz do Povo”.

Desde julho de 2025, tem-se verificado uma atualização e cruzamento mais rigoroso das bases de dados do Governo Federal, especialmente do Cadastro Único (CadÚnico) e dos registros vinculados ao recebimento do Bolsa Família. Essas ações resultaram em revisões cadastrais e na exclusão de famílias que não atendem mais aos critérios de elegibilidade,

refletindo diretamente na base de consumidores enquadrados como baixa renda na distribuidora, houve uma redução de -8,9% de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no Pará em dezembro de 2025 quando comparado a dezembro de 2024.

Com a nova legislação, famílias inscritas no CadÚnico, com renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, passaram a ter isenção do pagamento da energia elétrica para consumo mensal de até 80 kWh. Nesses casos, permanece apenas a cobrança de encargos não relacionados ao fornecimento de energia, como a Contribuição de Iluminação Pública (CIP) e o ICMS, conforme a legislação estadual aplicável.

Ademais os segmentos Poder Público, Industrial e Comercial apresentaram crescimento de 6,0% (1.312), 6,8% (303) e 0,2% (301), respectivamente.

**Mercado Fio B** - O Mercado Fio B totalizou 11.292 GWh em 2025, registrando crescimento de 2,6% (285 GWh) em relação a 2024, desempenho que deve ser analisado sob efeito base, considerando a forte expansão observada no exercício anterior.

A classe que apresentou maior destaque foi a Industrial com crescimento de 9,5% (156 GWh), seguida pela classe Residencial que apresentou crescimento de 2,7% (142,4 GWh). A classe Iluminação Pública por sua vez apresentou retração de -6,4% justificada pelas efficientizações que vem ocorrendo no estado.

Mercado Atendido - MWh	2025	2024	* Histórico								
			2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
Residencial	4.952.802	5.041.624	5.602.936	5.111.199	4.538.541	4.258.427	3.928.860	3.611.816	3.671.512	3.809.919	3.746.101
Industrial	1.804.835	1.651.952	1.682.449	1.649.465	1.650.371	1.596.284	1.500.455	1.511.811	1.527.682	1.526.244	1.548.458
Comercial	2.190.969	2.219.647	2.470.736	2.363.936	2.177.529	2.027.799	1.852.436	1.887.088	1.849.312	1.872.311	1.847.002
Outros	1.748.629	1.784.783	1.853.987	1.748.918	1.666.123	1.569.978	1.568.442	1.606.241	1.592.104	1.558.558	1.597.910
Suprimentos p/ agentes de distribuição	32.622	24.836									
SCEE- GDII + GD IIII	562.005	283.918									
<b>Total</b>	<b>11.291.862</b>	<b>11.006.759</b>	<b>11.610.107</b>	<b>10.873.518</b>	<b>10.032.564</b>	<b>9.452.488</b>	<b>8.850.193</b>	<b>8.616.956</b>	<b>8.640.610</b>	<b>8.767.032</b>	<b>8.739.471</b>
<b>Varição</b>	<b>2,6%</b>		<b>6,77%</b>	<b>8,38%</b>	<b>6,10%</b>	<b>6,80%</b>	<b>2,70%</b>	<b>-0,30%</b>	<b>-1,40%</b>	<b>0,30%</b>	<b>3,40%</b>

**\*Histórico** – Apresentamos acima o histórico de Mercado Atendido disponibilizado no último relatório, que até então era acompanhado com base na energia faturada. Com a promulgação da Lei nº 14.300/2022, posteriormente regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023, passou a ser permitido o faturamento da energia compensada para unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica enquadradas nas modalidades de Geração Distribuída - GD 2 e 3. Diante dessa mudança regulatória, a energia faturada deixou de refletir integralmente o mercado que gera receita para a distribuidora.

Por esse motivo, passaremos a acompanhar como Mercado Atendido o indicador de Mercado Fio B, que representa de forma mais adequada o uso da infraestrutura de distribuição e o mercado efetivamente atendido pela rede da distribuidora, incorporando os efeitos da compensação de energia associados à GD.

## Balço energético

**Comportamento do balanço** - A energia injetada bruta da Equatorial Pará no período de janeiro a dezembro de 2025 apresentou crescimento de 3,5% em relação a 2024, com destaque para a energia injetada pela geração distribuída que apresentou crescimento de 40,9% no período. Na energia medida houve um crescimento de 2,6% em relação ao ano de 2024. As perdas totais da distribuidora em 2025 apresentaram aumento de 5,4% em relação a 2024.

4.3 Balço energético (MWh)	2024	2025	Var.
<b>Pará</b>			
Sistema interligado	14.965.782	15.075.017	0,7%
Sistema isolado	276.082	296.465	7,4%
Energia injetada pela Geração Distribuída	1.059.214	1.492.702	40,9%
<b>Energia injetada bruta</b>	<b>16.301.078</b>	<b>16.864.184</b>	<b>3,5%</b>
Energia medida	11.413.715	11.715.292	2,6%
Energia de conexão com outras distribuidoras	24.836	32.622	31,3%
Energia de fluxo passante	126.761	122.803	-3,1%
Perdas totais	4.735.766	4.993.468	5,4%

É importante mencionar que estamos utilizando os critérios de perdas conforme estabelecido na Consulta Pública 09/2024 da Aneel, que passou a considerar o mercado medido como referência para o cálculo das perdas.

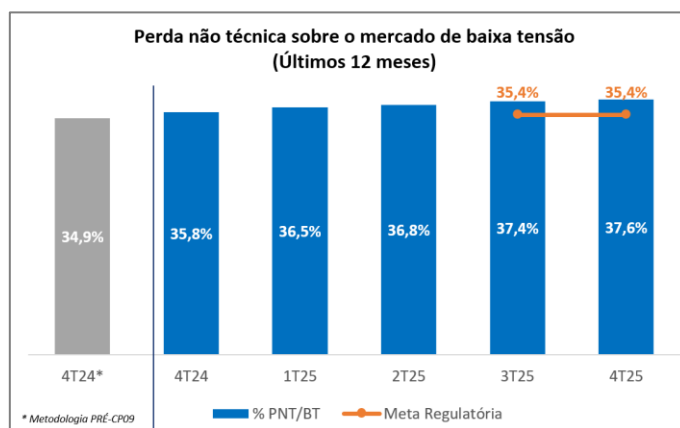
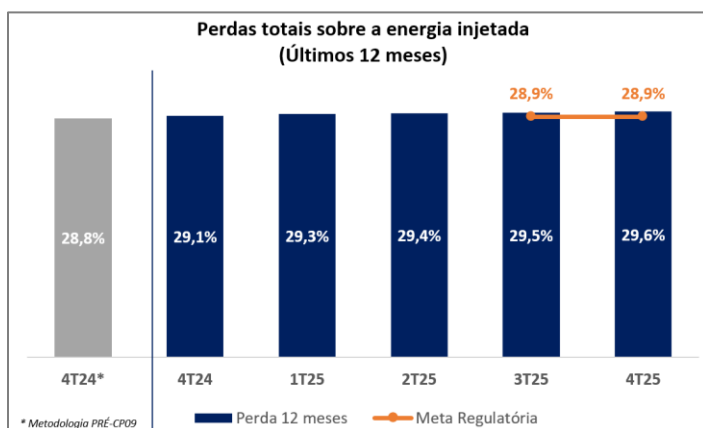
## Gestão dos Negócios

### Combate às perdas

O **Despacho Aneel nº 684/2025** introduziu uma nova metodologia para o cálculo da energia requerida e das perdas não técnicas, incorporando os efeitos da micro e minigeração distribuída (MMGD) por meio do conceito de “**mercado de fornecimento medido**”, que representa o consumo real dos usuários e inclui também a energia injetada pelos sistemas de MMGD na carga total, como a mudança passa a valer a partir dos processos tarifários de 2025, o **Grupo Equatorial** atualizou suas informações de perdas desde o **4T24**, alinhando-se antecipadamente às novas diretrizes regulatórias.

Em 2025, a energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Pará atingiu 16.864 GWh, representando um crescimento de 3,7% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 11.870 GWh, aumento de 2,9% em relação a 2024.

Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 4.993 GWh no ano, equivalentes a 29,6% da energia requerida. Esse desempenho implicou elevação de 0,6 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, motivando a Equatorial Pará a aprimorar processos e desenvolver novas estratégias para avançar em relação aos resultados dos anos anteriores. Ao longo do período, o estado enfrentou condições climáticas adversas que impactaram a operação da distribuidora e aumentaram a complexidade das ações de combate às perdas, contribuindo para maior oscilação dos indicadores. No caso da perda, observou-se um aumento entre o 4T24 e o 4T25. Contudo, ao comparar o desempenho do 4T25 com o pico verificado no 3T25, nota-se **uma desaceleração no ritmo de crescimento das perdas**, indicando que as medidas implementadas ao longo do ano já começam a produzir efeitos e contribuiram para conter a tendência observada anteriormente.

Além disso, esse movimento deve ser analisado à luz das características estruturais da concessão, o Pará é uma das distribuidoras mais desafiadoras do país nesse tema, devido à sua extensa área geográfica, às elevadas vulnerabilidades socioeconômicas, ao histórico de reincidência em áreas críticas e ao avanço do desmatamento em algumas regiões, fatores que ampliam a complexidade operacional e dificultam o enfrentamento às perdas.

Mesmo assim, a companhia segue fortalecendo ações estruturantes, intensificando o uso de tecnologia e ampliando sua capacidade de atuação em campo para mitigar esses desafios e promover maior estabilidade nos indicadores ao longo do tempo.

A seguir, apresentamos o resumo/resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas comerciais em 2025:

- Regularização de 8,6 mil clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão;
- Inspeção de 3,3 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão;
- Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 19,5 mil clientes de baixa tensão;
- Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 20 municípios;
- Inspeção de 191,7 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão;
- Regularização de 17,96 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia;
- Regularização de 6,5 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular;
- Identificação e regularização de 99,57 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT;
- Crescimento de 0,3 mil novas medições fiscais em transformadores de distribuição para fins de balanço energético.

Hoje a Equatorial Pará possui 23,0 mil transformadores monitorados de maneira consistente, que correspondem a 60% do mercado de baixa tensão

### **Assuntos Regulatórios**

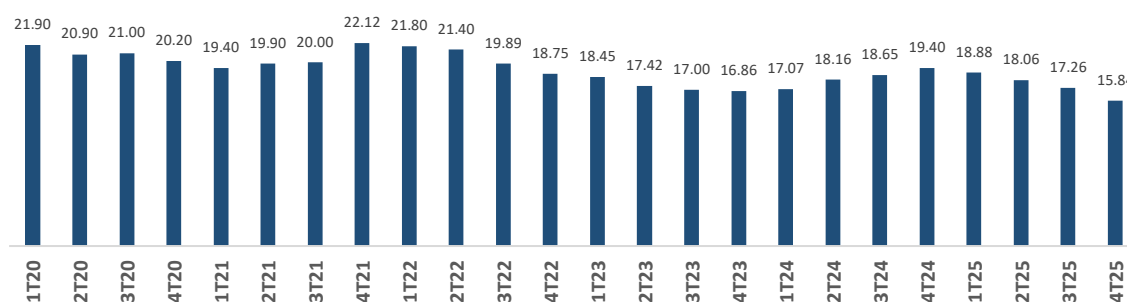
Em 05 de agosto de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.507/2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”), sendo, em média, reajustadas em 3,74% (três vírgula setenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora no período de 07 de agosto de 2025 a 6 de agosto de 2026.

## Qualidade DEC e FEC

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 15,84 horas e 6,93 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.

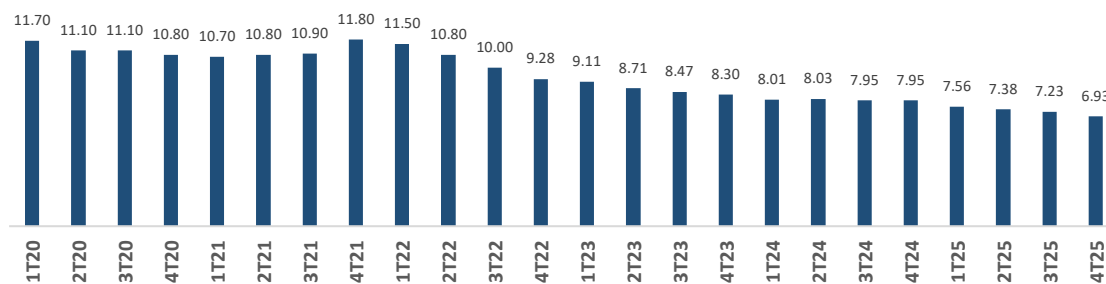
### DEC

Horas / Consumidor / Ano - 12 meses



### FEC

Vezes / Consumidor / Ano - 12 meses



## Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Lançado em 2004 pelo Governo Federal, o “Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos” (PLPT) tem como objetivo levar energia elétrica para a população do meio rural, de modo a estimular o desenvolvimento socioeconômico destas regiões que, geralmente, apresentam baixo desempenho no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

A Equatorial Pará tem o papel de agente executor do Programa no Estado. O Pará está inserido entre os maiores programas do país, representando mais de 15,39 % do volume de ligações executadas pelo Programa Luz para Todos no Brasil em 2025. Para atingir suas metas, a Companhia estruturou sólidas parcerias comerciais com contratação de mão-de-obra terceirizada, que envolveu cerca de 151 equipes de construção.

## Investimentos no Programa Luz Para Todos – Rural Convencional

Ao final de 2025, a Equatorial Pará alcançou a marca histórica 514.687 clientes ligados à rede de distribuição de energia elétrica através do Programa Luz para Todos, gerando um benefício direto para aproximadamente 2,57 milhões de habitantes. O Programa já está presente em 100% dos 144 municípios paraenses, contribuindo para o desenvolvimento de áreas isoladas dos aglomerados rurais e para a geração de renda nestas localidades. Durante o 4T25, o investimento direto no Programa Luz para Todos, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros, foi de R\$ 103 milhões e no ano de 2025 R\$ 443 milhões.



## Programa Luz Para Todos – Rural Remoto

Lançado em 2020 pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Mais Luz para a Amazônia (MLA) foi instituído com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica às populações situadas em regiões remotas dos estados que compõem a Amazônia Legal, visando fomentar o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades.

Em 2023, o programa foi relançado e passou a denominar-se Programa Luz para Todos – Rural Remoto.

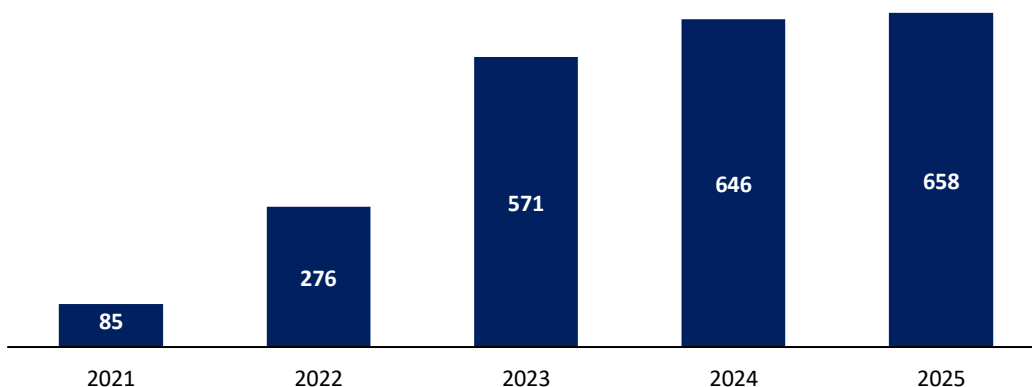
No Estado do Pará, a Equatorial Pará atua como agente executor do Programa e, para o cumprimento das metas estabelecidas, estruturou parcerias comerciais estratégicas, com a contratação de mão de obra terceirizada. A execução das atividades envolveu duas empresas parceiras, totalizando 58 equipes dedicadas à instalação de sistemas remotos.

## Investimentos no Programa Luz Para Todos

No exercício de 2025, a Equatorial Pará atingiu a marca de 20.261 clientes atendidos por meio de sistemas de geração remota no âmbito do Programa Luz para Todos, abrangendo 33 dos 144 municípios do Estado do Pará. A iniciativa contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento de áreas isoladas e aglomerados rurais, além de fomentar a geração de renda nessas localidades.

No quarto trimestre de 2025 (4T25), o investimento direto no LPT Remotos, contemplando despesas com materiais e serviços de terceiros, totalizou R\$ 148 milhões. No acumulado do ano, os investimentos alcançaram R\$ 658 milhões.

### Investimento (R\$ em milhões)





## Relatório de ações sociais - ESG

---

O Programa Jornada de Segurança expandiu sua atuação para além das operações, com investimento de R\$ 3,4 milhões na manutenção e aprimoramento das iniciativas, contribuindo para a cultura de prevenção e a proteção da população.

Entre as principais ações realizadas estão:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Como resultado dessas iniciativas, os acidentes envolvendo a população apresentaram redução em relação a 2024. Os acidentes graves caíram de 48 para 21 ocorrências, os leves diminuíram de 45 para 40 casos, e os fatais passaram de 90 para 89. Já os casos envolvendo apenas danos materiais aumentaram de 3 para 7 registros.

Iniciado em 2024, o Programa de Voluntariado corporativo do Grupo Equatorial avançou em 2025 em seu processo de consolidação, com foco no fortalecimento do engajamento dos colaboradores. Ao longo do período, o E+ Energia Voluntária mobilizou mais de 2.000 participantes, alcançando 55% de participação ativa em ações sociais. A iniciativa é apoiada por uma plataforma dedicada que permite aos colaboradores propor e liderar projetos, estimulando o protagonismo social e ampliando o impacto positivo junto às comunidades.

Em paralelo, 2025 marcou a consolidação do Instituto Equatorial como a estrutura responsável por organizar e potencializar o investimento social privado do Grupo. Presente nos sete estados de atuação da Companhia, o Instituto já impacta diretamente mais de 120 mil pessoas, evidenciando a expansão consistente do alcance social. Esse amadurecimento institucional também se refletiu em reconhecimento externo: o Instituto conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela ABRH-MA, na categoria ESG, com o case “Diálogo Equatorial: integrando inteligência social no fortalecimento de laços sociais”, resultado obtido com menos de um ano de atuação.

A estratégia que sustenta esses avanços parte da compreensão de que a transformação social se constrói de forma colaborativa, a partir da escuta qualificada e do reconhecimento do protagonismo das comunidades. Nesse contexto, o Instituto conduziu uma revisão estratégica estruturada, com apoio de consultoria especializada em terceiro setor e investimento social privado, que resultou na atualização de sua missão, valores e direcionadores de atuação. Organizada em eixos complementares de articulação institucional, comunicação e investimento social para o desenvolvimento comunitário, a atuação do Instituto ocorre de forma integrada às áreas corporativas, evitando sobreposição de iniciativas e, externamente, por meio do fortalecimento de parcerias que ampliam a capilaridade e a efetividade das ações.

Em 2025, o Grupo Equatorial também apresentou avanços consistentes e estruturados em sua estratégia climática e em sua agenda de sustentabilidade e gestão corporativa. A Companhia manteve a score B no CDP Mudanças Climáticas e, pela primeira vez, realizou o reporte ao CDP Segurança Hídrica, alcançando a score C, resultados que evidenciam a

evolução da gestão de riscos e impactos ambientais, o fortalecimento das práticas de governança e o maior engajamento da cadeia de valor nos temas climáticos e hídricos. Em linha com esse movimento, o Grupo passou a ocupar a 22ª posição no ISE Bovespa (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando a consistência de sua trajetória de amadurecimento em práticas ESG e a integração crescente da sustentabilidade à estratégia do negócio.

Esse conjunto de avanços também se refletiu na atuação do Grupo na COP 30, que foi resultado de um planejamento técnico integrado e antecipado, mobilizando desde a alta liderança até as equipes operacionais, com foco na segurança e na confiabilidade do sistema elétrico. A Companhia investiu cerca de R\$ 95 milhões na preparação da infraestrutura em Belém (PA) e região, estruturando planos de contingência, medidas de segurança física e cibernética e ações de conscientização interna. Durante o evento, o sistema operou sem intercorrências, com todas as demandas atendidas.

Paralelamente, o Grupo contribuiu tecnicamente para a agenda de transição energética no Pará, com destaque para a desativação de 19 usinas térmicas a diesel e o planejamento de retirada de outras 11, deixando como legado melhorias estruturais que ampliam a confiabilidade, a resiliência da rede e a qualidade do serviço prestado à população.

## **Plataforma E+**

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

## **E+ Comunidade**

O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de projetos como o Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), um dos principais programas sociais do país. Em 2025, a Equatorial Pará aumentou o número de clientes cadastrados com acesso à Tarifa Social, chegando a 1.234.587 novas famílias no ano.

## **E+ Educação**

Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 653 palestras, em 49 municípios, sensibilizando 16.077 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança.

## Desempenho Econômico-financeiro

---

### Receita líquida

Em 2025, a Receita Líquida sem a receita de construção atingiu R\$ 8.755 milhões, aumento de 6,0% em relação ao ano de 2024, influenciado principalmente:

- a) Reajuste anual tarifário em agosto 2025, onde as tarifas de aplicação da Equatorial Pará ficaram em média reajustadas em -3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora.

### Custos e despesas operacionais

No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de 5.806 bilhões, crescimento de 10% na comparação com 2024.

### EBITDA

O EBITDA societário da companhia é de R\$ 2,9 bilhões em 2025, apresentando uma redução de 0,25% em relação a 2024.

### Resultado financeiro

O resultado financeiro é de R\$ 530 milhões negativos em 2025 comparado ao resultado de R\$ 337 milhões negativos em 2024, representando um aumento de 57%.

### Imposto de renda e contribuição social

Na Equatorial Pará, a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a pagar é influenciada positivamente pelos seguintes itens: (i) incentivo fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda decorrente do benefício de modernização total, obtido junto à SUDAM, válido até 2034; (ii) incentivo - Programa de alimentação do trabalhador (PAT); (iii) incentivo - Programa de licença maternidade; (iv) incentivo - doações Lei Rouanet (Fundo do Esporte; Doações Crianças; PRONON/PCD; PRONAS/PCD). Todos os itens citados acima são aplicáveis apenas ao IRPJ.

Em 2025, a despesa apurada de IRPJ e CSLL foi de R\$ 252 milhões e, considerando a utilização de ativos fiscais diferidos e a utilização de créditos fiscais, em 2024 a apuração foi de R\$ 218 milhões, 16% a maior.

### Lucro líquido

A Companhia obteve um lucro líquido no exercício de 2025 de R\$ 1,5 bilhões, 21% abaixo que o lucro de R\$ 1,9 bilhões alcançado no ano de 2024.

## Investimentos

Investimentos (R\$ Milhões)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Manutenção	90	80	87	63	88	60	75	169	135	154	169
Expansão	326	373	535	510	476	344	813	1.065	1.345	1.004	1.696
Equipamentos e Sistemas	48	29	41	29	16	46	25	83	38	105	114
Outros	32	19	18	18	33	21	19	116	77	34	29
PLPT	219	231	144	156	165	168	146	319	679	909	942
interligação de Usinas	-	15	78	59	37	1	42	63	84	195	519
<b>Total de Investimentos - Líquido</b>	<b>701</b>	<b>810</b>	<b>866</b>	<b>810</b>	<b>780</b>	<b>681</b>	<b>1.143</b>	<b>1.836</b>	<b>2.469</b>	<b>2.604</b>	<b>3.469</b>

### Investimentos

Os investimentos da EQTL PA totalizaram R\$ 3,5 bilhões em 2025, aumento de 33% em relação a 2024. Os investimentos se concentraram na expansão e melhoria da rede e o Programa Luz Para Todos.

### Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade de mulheres e proporção de remuneração entre nossos colaboradores:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	2	-	2	-
Alta Liderança	14	7,14	15	6,67
Média Liderança	34	20,59	35	22,86
Equipe	1.252	30,19	1.540	26,04
<b>Total</b>	<b>1.302</b>	<b>29,65</b>	<b>1.592</b>	<b>25,75</b>

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	-	-
Alta Liderança	0,72	1,16
Média Liderança	0,96	1,21
Equipe	0,81	0,85
<b>Total</b>	<b>0,72</b>	<b>0,76</b>

As informações das tabelas consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico que sejam remuneradas na respectiva Companhia. Esclarecemos que há membros da administração da Companhia que são remuneradas por outra(s) companhia(s) do Grupo Equatorial, conforme devidamente informado no Formulário de Referência da Companhia.

Na Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano; A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total. Na Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

### Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1o do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia Srs. Márcio Caires Vasconcelos, Diretor-Presidente; Tatiana Queiroga Vasques, Diretora de Relações com Investidores; Marcos Antônio Souza de Almeida, Rubens Jose de Figueiredo Briseno, Alexandre Joaquim Santos Cardoso, Ênio Cunha Leal, André Luiz Barata Pessoa, Nierberth Costa Brito, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

### SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguaração limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguaração limitada sobre outras contas a receber; asseguaração limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras *pro forma* e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

### **Conselho de Administração**

Augusto Miranda da Paz Júnior  
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima  
(Vice-Presidente)

Armando de Souza Nascimento

João Alberto da Silva Neto

Marcos Antônio Souza de Almeida

### **Conselho Fiscal**

#### *Titulares*

Cristiane do Amaral Mendonça

Maria Salete Garcia Pinheiro

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

#### *Suplentes*

Eduardo Ramos da Silva

Adilson Celestino de Lima

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Marizio Martins da Costa

Ricardo Bertucci

### **Comitê de Auditoria Estatutário**

Tiago de Almeida Noel

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

**Diretoria Executiva**

Márcio Caires Vasconcelos  
Diretor Presidente

Tatiana Queiroga Vasques  
Diretora de Relações com Investidores

Marcos Antônio Souza de Almeida  
Diretor

Rubens Jose de Figueiredo Briseno  
Diretor

Alexandre Joaquim Santos Cardoso  
Diretor

Ênio Cunha Leal  
Diretor

Nierberth Costa Brito  
Diretor

André Luiz Barata Pessoa  
Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto  
Superintendente de Ativos e Contabilidade  
Contador  
CRC MA011842-O-3 S-PA



## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, em reunião realizada em 20 e 25 de março de 2026, por meio de videoconferência, considerando-se, portanto, realizada [na sede da Companhia, na cidade de Belém, Estado do Pará, na Rodovia Augusto Montenegro, s/n.º, Km 8,5, Bairro Coqueiro, CEP: 66823-010, examinou as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas de suas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”), do relatório resumido do Comitê, do relatório da administração, das contas dos administradores, da proposta de aumento de capital e da proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos exames efetuados e considerando o relatório dos auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S. Ltda., sem ressalvas, de 25 de março de 2026, conclui, por unanimidade, que os referidos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, e opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela assembleia geral da Companhia.

Belém/PA, 20 e 25 de março de 2026.

**Saulo de Tarso Alves de Lara**

**Cristiane do Amaral Mendonça**

**Maria Salete Garcia Pinheiro**

**Paulo Roberto Franceschi**

**Vanderlei Dominguez da Rosa**

# RELATÓRIO ANUAL 2025

Equatorial Pará Distribuidora de  
Energia S.A.

**Comitê de Auditoria Estatutário**

## 1. Objetivo

O Comitê de Auditoria Estatutário da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A (referida como “Companhia” ou “Equatorial Pará”) (“Comitê” ou “CAE”), é regido pelo seu Regimento Interno, bem como pelas legislações e regulamentações aplicáveis - em especial, pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“RCVM 23”). Em cumprimento a essas diretrizes, apresenta seu Relatório Anual Resumido, o qual sintetiza as ações e avaliações realizadas ao longo de 2025.

Este documento evidencia o compromisso do Comitê com a supervisão dos auditores independentes, além do monitoramento da integridade e a eficácia dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras e a adequação das práticas contábeis adotadas pela Companhia, por meio do acompanhamento da adequação dos serviços prestados pelas áreas de controles internos, de auditoria interna e pela área responsável pelas demonstrações financeiras.

O relatório, atende às disposições da RCVM 23 e do Regimento Interno da Companhia, registrando as atividades, e análises e recomendações do Comitê, com o objetivo de fomentar a continuidade das práticas de qualidade e integridade nas empresas que compõem o Grupo Equatorial.

## 2. Funcionamento e Composição do Comitê

O Comitê é um órgão colegiado e estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. De caráter permanente, atua com autonomia e independência operacional, dispondo de orçamento próprio.

As decisões do Comitê possuem natureza consultiva, sendo apresentadas ao Conselho de Administração por meio de recomendações e informações. Tais decisões são encaminhadas trimestralmente, por meio de reportes realizados pelo Coordenador.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia foi constituído em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2022. Desta forma, na Reunião do Conselho de Administração da Equatorial Pará realizada em 29 de dezembro de 2022, foi eleito, pela primeira vez, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, sendo eleitos os seguintes membros: (i) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de Coordenadora do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de maio de 2023, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê,

---

com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Assim, nesta ocasião, foram eleitos para integrar o Comitê: (i) o Sr. Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) o Sr. João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; (iii) o Sr. Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê; e (iv) a Sra. Tania Sztamfater Chocolat, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de setembro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia da Sra. Tania Sztamfater Chocolat ao cargo de membro do Comitê, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Eduardo Haiama, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2023, o Conselho de Administração tomou conhecimento e registrou a renúncia do Sr. Eduardo Haiama ao cargo de membro do Comitê, e elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel, de modo que a composição do Comitê passou a ser: (i) Carlos Augusto Leone Piani, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, na qualidade de membro do Comitê; e (iii) Tiago de Almeida Noel, na qualidade de membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de setembro de 2024, o Conselho de Administração: (a) tomou conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. Carlos Augusto Leone Piani ao cargo de membro e Coordenador do Comitê; (b) elegeu o Sr. Tiago de Almeida Noel como Coordenador do Comitê; e (c) elegeu o Sr. Jorge Roberto Manoel ao cargo de membro do Comitê, de modo que a atual composição do Comitê, com mandato até a primeira reunião do Conselho de Administração após Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício de 2024 é: (i) Tiago de Almeida Noel, como Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos membros para integrarem o Comitê, com mandato até a primeira Reunião do Conselho de Administração que sobrevier à realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026. Assim, nesta ocasião, foram eleitos para integrar o Comitê: (i) o Sr. Tiago de Almeida Noel, na qualidade de Coordenador do Comitê; (ii) João Alberto da Silva Neto, como membro do Comitê e conselheiro, com reconhecida experiência de contabilidade societária, nos termos do art. 31C, da RCVM 23; e (iii) Jorge Roberto Manoel, como membro do Comitê.

---

A composição do Comitê da Equatorial é refletida nas suas controladas, incluindo a Companhia (Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Maranhão”), Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Pará”), Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A. (“Equatorial Goiás”) e Companhia Estadual de Distribuição De Energia Elétrica - CEEE-D (“CEEE-D”)) (conjuntamente referidas como “Controladas Equatorial”).

Tendo em vista a mesma composição nessas empresas e o disposto no Regimento Interno da Companhia, as reuniões são realizadas de forma unificada, com os itens de pauta discriminados de acordo com a empresa a que se aplicam.

Dessa forma, o CAE da Equatorial S.A. e Controladas Equatorial são compostos por três membros independentes, sendo um deles conselheiro independente da Equatorial S.A. e os demais membros externos, com mandatos vigentes até a reunião do Conselho de Administração posterior à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovará as contas do exercício de 2026.

**TIAGO DE ALMEIDA NOEL**

- Coordenador do Comitê
- Membro Externo Independente

**JORGE ROBERTO MANOEL**

- Membro do Comitê
- Membro Externo

**JOÃO ALBERTO DA SILVA NETO**

- Membro do Comitê
- Conselheiro Independente
- Especialista Contábil

### 3. Atividades Desenvolvidas

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias do Comitê são realizadas, no mínimo, bimestralmente, de acordo com o calendário anual aprovado pelo Comitê, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação realizada pelo Coordenador, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quaisquer 2 (dois) membros do Comitê ou do Conselho de Administração.

---

### 3.1. Reuniões e Participação

O Comitê seguiu um Plano de Trabalho definido previamente, reunindo-se **9** (nove) vezes durante o ano de 2024, em reuniões ordinárias.

Período	Principais Pautas
Janeiro/2025	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reporte de denúncias do Canal Confidencial</li> <li>• Calendário de Atividades do CAE e participação nas AGOs do Grupo Equatorial</li> <li>• Avaliação da área de Auditoria Interna</li> <li>• Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas</li> </ul>
Março/2025	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reporte trimestral a ser enviado ao CA</li> <li>• Manifestação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024</li> <li>• Exame e manifestação ao relatório da administração e das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024</li> <li>• Exame e manifestação sobre a proposta de destinação de resultados da Companhia apurados no exercício encerrado em 31/12/2024;</li> <li>• Deliberação sobre a emissão de parecer a respeito das DFs 2024, das contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024 e da proposta de destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024</li> <li>• Análise e aprovação do relatório anual resumido do CAE</li> <li>• Avaliação do relato Auditoria Interna: processos auditados 2024 <i>versus</i> 2025</li> <li>• Reporte de denúncias do Canal Confidencial</li> </ul>
Maió/2025	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reporte trimestral a ser enviado ao CA</li> <li>• Resultados do 1TRI 2025</li> <li>• Relatório de Recomendações e Comentários à Administração referente ao exercício 2024, emitida pela EY (“Carta de Controles Internos 2024” ou “CCI 2024”)</li> <li>• Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024;</li> <li>• Formulário de Referência – Seção de Riscos</li> </ul>
Junho/2025	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acompanhamento do Plano Anual de trabalho da auditoria externa (2025)</li> <li>• Gestão, avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia</li> <li>• Acompanhamento do Plano Anual da auditoria interna e das recomendações</li> <li>• Reporte de denúncias do Canal Confidencial</li> <li>• Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas</li> <li>• Treinamento Trilha de Integridade dos membros eleitos ao CAE</li> </ul>
Agosto/2025	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reporte trimestral a ser enviado ao CA</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resultados do 2TRI 2025</li> <li>• Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024</li> </ul>
Outubro/2025	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão, avaliação e monitoramento de risco da Companhia</li> <li>• Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna e das Recomendações</li> <li>• Reporte de denúncias do Canal Confidencial</li> <li>• Monitoramento periódico Transações com Partes Relacionadas</li> <li>• Apresentação das Contingências/Provisões Grupo Equatorial</li> <li>• Apresentação em relação ao modelo IFRS S1/S2</li> </ul>
Novembro/2025	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reporte trimestral a ser enviado ao CA</li> <li>• Resultados 3º ITR 2025</li> <li>• Apresentação do Plano de Ação em relação às Deficiências Significativas apontadas na CCI 2024</li> <li>• Avaliação do plano anual de auditoria interna 2026</li> <li>• Revisão do Código de Ética e Conduta</li> </ul>
Dezembro/2025	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tema de controles internos</li> <li>• Gestão, avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia</li> <li>• Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna e das Recomendações</li> <li>• Formalização do Plano Anual de Auditoria Interna 2026</li> <li>• Calendário Anual CAE 2026 e Orçamento CAE 2026</li> <li>• Reporte de denúncias do Canal Confidencial</li> </ul>

Os membros atingiram um percentual de participação de 100% nas reuniões do Comitê durante o exercício de 2025.

### 3.2. Pautas e Deliberações

- Total de itens pautados: **45** (quarenta e cinco) itens.
- Total de solicitações: **15** (quinze) solicitações.
- Solicitações atendidas: **11** (onze) já foram atendidas.
- Solicitações em andamento: **4** (quatro) estão em andamento.

### 3.3. Temas Discutidos

Os temas discutidos podem ser agrupados da seguinte forma:

#### ✓ Auditoria Externa

- Demonstrações Financeiras anuais e Informações Trimestrais.
- Acompanhamento do Plano Anual de Trabalho da Auditoria Externa 2025.
- Acompanhamento do Plano de Trabalho relativo às deficiências significativas da Carta de Controles Internos 2024.

✓ **Auditoria Interna**

- Avaliação da área de Auditoria Interna referente ao exercício de 2024.
- Acompanhamento do Plano Anual de Auditoria Interna 2025.
- Avaliação e aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna 2026.

✓ **Ouvidoria e Canal Confidencial**

- Acompanhamento mensal das Denúncias – Canal Confidencial, com avaliação quantitativa e qualitativa.

✓ **Riscos e Controles Internos**

- Gestão, Avaliação e Monitoramento de Riscos e Controles Internos.
- Avaliação do Formulário de Referência – Seção de Riscos.

✓ **Partes Relacionadas**

- Monitoramento das Transações com Partes Relacionadas.

✓ **Jurídico e Compliance**

- Contingências e provisionamento.
- Programa de Integridade e de Privacidade.
- Revisão Código de Ética e Conduta.

✓ **Regulatório e Meio Ambiente/ESG**

- Acompanhamento de questões regulatórias com potencial impacto financeiro, aplicáveis às companhias do Grupo Equatorial.
- Acompanhamento de temas envolvendo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Novas regras IFRS S1/S2.

✓ **Tecnologia da Informação**

- Segurança Cibernética e Governança de Dados.

✓ **Relações com Investidores**

- Resultados trimestrais (1º, 2º e 3º ITRs/2025).
- Demonstrações Financeiras (DF 2024).
- Reportes trimestrais de atividades do Comitê ao Conselho de Administração.

✓ **Relatórios de Auditoria Interna**

- Manutenção Rede de Distribuição (Goiás e CEEE-D).
  - Projetos de Obras de Expansão, Manutenção e PLPT.
-



- Medição de Serviços Técnicos Comerciais (STC).
- Saúde e Segurança do Trabalho.
- Cobrança e Contas a Receber.
- Contratos de Clientes Echoenergia / Contas a Receber.
- Faturamento (Leitura).
- Proteção a dados sensíveis e críticos.
- Indicadores individuais de interrupção.
- Seguros.
- Comercialização (Echoenergia).
- Cumprimento de TAC.
- Compliance.
- Orçamento e Fluxo de Caixa.
- Obtenção de Licenças para Execução das Obras e Operações / Poda e Limpeza de Faixa da Sub-transmissão.
- Contratação e Medição de Obras de Facilities.
- Tributos.
- Cadastro de Fornecedores e Compras Descentralizadas.

#### **4. Regimento Interno**

O Comitê conta com um Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2022, o qual pode ser consultado no endereço: <https://ri.equatorialenergia.com.br/esg/estatuto-social-e-codigo-de-conduta/>.

#### **5. Recomendações e Comunicação do CAE com os Conselhos de Administração**

O Coordenador do Comitê reúne-se trimestralmente com o Conselho de Administração das empresas que possuem o CAE constituído, a fim de relatar as principais discussões e reportar os trabalhos desenvolvidos.

Dentre as principais atividades, encontram-se as recomendações que realizou aos Conselhos de Administração, como a recomendação da aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2024, bem como a análise acerca das informações financeiras da Companhia referentes aos períodos findos em 31 de março de 2025 (1º ITR/25), 30 de junho de 2025 (2º ITR/25) e 30 de setembro de 2025 (3º ITR/25).

#### **6. Conclusões**

Os membros do Comitê no exercício de suas atribuições, conforme as disposições do Estatuto Social da Equatorial Pará e do Regimento Interno do Comitê,

---

apreciaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes (Ernest & Young Auditores Independentes S/S Ltda.), o relatório da administração e a proposta de destinação de resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, considerando as análises realizadas no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, bem como as informações prestadas pela administração ao longo do exercício social, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração, com a posterior recomendação de aprovação à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos da lei das Sociedades por Ações.

---

**Tiago de Almeida Noel**  
Coordenador do Comitê de  
Auditoria Estatutário

---

**Jorge Roberto Manoel**  
Membro do Comitê de Auditoria  
Estatutário

---

**João Alberto da Silva Neto**  
Membro do Comitê de Auditoria  
Estatutário

---